FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

DÉBORA TEIXEIRA MACHADO

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO VALE DO GUAPORÉ (RONDÔNIA)

PORTO VELHO-RO
2019

DÉBORA TEIXEIRA MACHADO

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO VALE DO GUAPORÉ (RONDÔNIA)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Ambiente e Território na Pan-Amazônia

Linha da Pesquisa: Território e Sociedade na Pan-Amazônia – TSP.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

PORTO VELHO-RO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M149e Machado, Débora Teixeira.

A expansão da fronteira agrícola no vale do Guaporé (Rondônia) / Débora Teixeira Machado. -- Porto Velho, RO, 2019.

113 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Fronteira agrícola. 2.Agricultura familiar. 3.Vale do Guaporé. I. Silva, Ricardo Gilson da Costa. II. Título.

CDU 338.43(811.1)

Bibliotecário(a) Rejane Sales de Lima Paula CRB 11/903

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Débora Teixeira Machado

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo Co-Orientador e Presidente **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** e constituída pelos examinadores: **Profa. Dra. Viviane Vidal da Silva** – Examinadora Externa/Universidade Federal do Amazonas/UFAM e **Prof. Dra. Josélia Fontenele Batista** - Examinadora externa/IFRO/Campus Porto Velho - Calama, reuniram-se em 12 de dezembro de 2018, às 9:00, no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: ***"A expansão da fronteira agrícola no Vale do Guaporé/Rondônia"*** da mestranda **Débora Teixeira Machado**, matrícula 20162001792. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.***

Porto Velho-RO, 12 de dezembro de 2018.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Orientador e Presidente

Profa. Dra. Viviane Vidal da Silva
Examinadora Externa/UFAM

Prof. Dra. Josélia Fontenele Batista
Examinadora externa/IFRO

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Suelaine, que de fato me incentiva a ser uma pessoa melhor a cada amanhecer e sempre me fez acreditar que o conhecimento faz a diferença.

AGRADECIMENTOS

Chega-se então a um momento de gratidão e reconhecimento a quem não deixou a caminhada ser tão árdua e monótona, afinal, o percurso só foi feito com o apoio e carinho de quem compreendeu a dimensão do projeto e acreditou que o mesmo seria possível.

Agradeço a Deus que me propiciou chegar até uma pós-graduação na certeza de que tal titulação me qualificará para a vida profissional e pessoal.

De maneira extremamente carinhosa e humana agradeço a minha mãe Suelaine, por ser minha incentivadora e acreditar que o estudo é a melhor forma de compreender o mundo e estar preparado para nele viver, gratidão a você mãe, é um sentimento que permeia todo o contexto dessa dissertação.

Ao meu padrasto Miguel pela disponibilização em estar comigo em alguns lugares que foram de suma importância na construção deste trabalho

Aos meus avós maternos (*in memória* ao meu avô Jerônimo), que vivenciaram o rural de uma forma tão sublime e que tanto me ensinaram nesse aspecto. São de fato agricultores familiares em sua essência. Meu muito obrigada por tudo.

As minhas sobrinhas Ana Beatriz e Heloani, por existirem e me fazer enxergar beleza e graça através de seus olhares de crianças.

Não poderia deixar de agradecer alguém que me incentiva a ser o melhor que posso ser, ao meu amigo, confidente e namorado Aparecido Xavier, agradeço pela sua existência e por sempre me apoiar academicamente.

A Simone Gomes Marques, alguém que se tornou uma amiga para todas as horas, não tenho palavras pra expressar minha gratidão a uma pessoa tão

maravilhosa e que me apoiou desde o primeiro instante, cedeu-me seu lar, onde tantas vezes pelo carinho com que me tratou me senti em casa.

Aos meus colegas de mestrado, que percorreram o mesmo caminho, compartilhando pensamentos e retalhos de uma vida acadêmica. De forma especial, agradeço a todos pela amizade!

Ao meu orientador Ricardo Gilson da Costa Silva que novamente acompanhou-me em mais um trabalho. Agradeço pela confiança, por tantas vezes ter me direcionado a uma pesquisa objetiva, pela dedicação e respeito que sempre tratou minhas opiniões enquanto pesquisadora.

Aos órgãos que representam o Estado em sua abrangência territorial, fonte de informações e dados imprescindíveis para esta pesquisa, sobretudo, as secretarias de agriculturas dos municípios contextualizados neste estudo, bem como a Emater-RO e a IDARON.

De maneira extremamente carinhosa e grata, exponho meu muito obrigada aos agricultores familiares entrevistados, pois seus conhecimentos e vivências, foram fundamentais na construção deste trabalho.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. (Leonardo Boff. A águia e a galinha, 1997).

RESUMO

As áreas de fronteiras agrícolas apresentam grande potencialidade no desenvolvimento de atividades agropecuárias. Na atualidade brasileira, essas áreas avançam em direção a Amazônia promovendo o aumento populacional, desmatamentos e a expansão de culturas agrícolas e da pecuária bovina. No interior de Rondônia, especificamente na região do Vale do Guaporé, a fronteira agrícola se expande em decorrência de muitos fatores, sobretudo, por meio da ação do Estado e investimentos no setor agrícola que garantem ao agricultor aprimorar e expandir sua produção. O presente estudo propôs analisar uma região de Rondônia pouco evidenciada, que, após a pavimentação de sua principal via de acesso: a BR-429, vivencia uma expansão na produção agropecuária. Objetiva-se com o trabalho refletir sobre os elementos que identificam o Vale do Guaporé como a nova fronteira agrícola de Rondônia, na qual a agricultura familiar possui forte expressividade, dinamizando a economia local. Para tanto, as reflexões não buscam uma evolução temporal dos dados estatísticos, mas um recorte atual de elementos que se sobressaem na produção agropecuária e de programas que permeiam o contexto no qual a agricultura familiar se insere. Os conflitos na região vêm aumentando principalmente nas áreas protegidas; a exploração madeireira tem sido um fator preocupante no Vale do Guaporé, bem como, a pecuária bovina que avança em tais áreas. As populações indígenas e quilombolas recebem constantes ameaças de fazendeiros ao seu entorno.

Palavras-chave: Fronteira Agrícola; Agricultura Familiar; Vale do Guaporé.

ABSTRACT

The agricultural frontier areas present great potential in the development of agricultural activities. In the Brazilian context, these areas are advancing towards the Amazon, promoting population growth, deforestation and the expansion of agricultural crops and cattle ranching. In the interior of Rondônia, specifically in the region of the Vale do Guaporé, the agricultural frontier expands due to many factors, mainly through state action and investments in the agricultural sector that guarantee the farmer to improve and expand his production. The present study proposed to analyze a region of Rondônia that was not very evidenced, in which, after paving its main access road: BR-429, there was an expansion in agricultural production. The objective of this work is to reflect on the elements that identify the Vale do Guaporé as the new agricultural frontier of Rondônia, in which family agriculture has strong expressiveness, giving dynamism to the local economy. Therefore, the reflections do not seek to present a temporal evolution of the statistical data, but a current cut of elements that stand out in agricultural production and of programs that permeate the context in which family agriculture is inserted. Conflicts in the region have been increasing mainly in protected areas; logging has been a worrying factor in the Vale do Guaporé, as well as cattle raising in such areas. The indigenous and quilombola populations are constantly threatened by farmers to their environment.

Keywords: Agricultural frontier; Family farming; Vale do Guaporé.

LISTA DE SIGLAS

AF	-	Agricultura Familiar
DNIT	-	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
IDARON	-	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
FUNAI	-	Fundação Nacional do índio
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimento
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	-	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	-	Ministério de Desenvolvimento Agrário
POLONOROESTE	-	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste
RP	-	Região de Planejamento
SEAGRI	-	Secretaria de Estado da Agricultura
SEMAGRI	-	Secretaria Municipal de Agricultura
ZSEE	-	Zoneamento Socioeconômico Ecológico

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Vale do Guaporé.....25
Figura 2 – Produção de uniformes escolares em São Francisco do Guaporé..44
Figura 3 - Horta hidropônica em São Francisco do Guaporé.....46
Figura 4 – Vista aérea do rio Guaporé em Costa Marques.....57
Figura 5 - Foto do Real Forte Príncipe da Beira em Costa Marques.....60
Figura 6 - Imagens da COOPERVAGS.....62
Figura 7 - Frigorífico do grupo JBS em São Miguel do Guaporé.....63
Figura 8 - Trecho da BR-429 no município de Seringueiras.....65
Figura 9 - Mapa de influência da BR-429.....67
Figura 10 - Pavimentação da BR-429 no Vale do Guaporé.....68
Figura 11 - Trechos da rodovia 429 sem asfalto.....69
Figura 12 - Noticia sobre a produção de Urucum no Vale do Guaporé.....72
Figura 13 - Tecnologia na produção de urucum em Costa Marques.....73
Figura 14 - Aspectos da produção de urucum.....73
Figura 15 - Plantação de café clonal em São Miguel do Guaporé.....77
Figura 16 - Plantação de Maracujá em Seringueiras.....80
Figura 17 - Plantação de inhame em São Francisco do Guaporé.....82
Figura 18 - Perspectiva de mercado para o inhame em Rondônia.....83
Figura 19 - Fotos da REBIO do Guaporé no Porto Murtinho.....86
Figura 20- Serra da Onça em São Miguel do Guaporé.....87
Figura 21 - Prática ilegal de exploração madeireira no PES Serra dos Reis....89
Figura 22 - Residência na aldeia Aperoi em Seringueiras.....91
Figura 23: Noticia sobre o reconhecimento da comunidade Santa Fé.....96
Figura 24 - Esculturas bovinas na cidade de São Francisco do Guaporé.....100
Figura 25 - Pecuária bovina em São Francisco do Guaporé.....101

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos Munícipios do Vale do Guaporé.....24
Tabela 2 - Evolução da população do Vale do Guaporé.....58
Tabela 3 - Produção de Urucum no Vale do Guaporé sementes (T).....71
Tabela 4 - Produção de Café no Vale do Guaporé (T).....75
Tabela 5 - Quantidade de maracujá (T) no Vale do Guaporé.....78
Tabela 6- Quantidade Produzida (T) de Inhame no Vale do Guaporé.....81
Tabela 7: Unidades de Conservação no Vale do Guaporé.....85
Tabela 8 - Terras Indígenas no Vale do Guaporé.....90
Tabela 9 - Comunidades Quilombolas no Vale do Guaporé.....93
Tabela 10 - Quantidade de Soja produzida (T) no Vale do Guaporé.....98
Tabela 11 - Efetivo do rebanho bovino do vale do Guaporé.....99
Tabela 12 - Produção leiteira no Vale do Guaporé.....102

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Explanação sobre informações e dados para a pesquisa.....24
Quadro 2 - Quadro-resumo do crédito do PRONAF 2017-2018.....43
Quadro 3 - Objetivos e critérios do programa *MAIS PRODUÇÃO*- 2016.....48
Quadro 4 - Objetivos e critérios do programa *A hora do produtor.....51*
Quadro 5 - Objetivos e critérios do programa Dose Certa.....52
Quadro 6 - Objetivos e critérios do programa *Mais Café.....53*
Quadro 7 - Objetivos e critérios de adesão ao programa Porteira Adentro.....54

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de Calcário do Programa mais Produção- 2017.....49
Gráfico 2 - Evolução da população rural e urbana do Vale do Guaporé.....59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17
I - PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA.....19
II – OBJETIVOS.....20
III- METODOLOGIA.....21
IV - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....24

CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM GEOGRÁFICA: REGIÃO E FRONTEIRA AGRÍCOLA.....27
1.1 REGIÃO: O ELEMENTO CATEGORIZADOR DA PESQUISA.....28
1.2 A FRONTEIRA AGRÍCOLA.....31
1.3 AGRICULTURA FAMILIAR: BASES CONCEITUAIS.....33

CAPÍTULO 2 - ESTADO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO VALE DO GUAPORÉ.....36
2.1 O ESTADO E SUA FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....36
2.2 ESTADO E COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM RONDÔNIA.....37
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO A PRODUÇÃO FAMILIAR.....38
2.3.1 PROGRAMAS NA ESFERA FEDERAL:.....41
2.3.1.1 PRONAF.....41
2.3.1.2 PRONAF Mulher.....43
2.3.1.3 PAA.....45
2.3.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O AGRICULTOR FAMILIAR.....47
2.3.3 PROGRAMA NA ESFERA ESTADUAL: MAIS PRODUÇÃO.....48
2.3.4 PROGRAMAS MUNICIPAIS.....49
2.3.4.1 Programa a hora do produtor.....50
2.3.4.2 Programa Dose Certa.....51
2.3.4.3 Programa Mais Café.....52
2.3.4.4 Programa Porteira Adentro.....53

CAPÍTULO 3 - VALE DO GUAPORÉ: ASPECTOS DA FRONTEIRA AGRÍCOLA.....55
3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO VALE DO GUAPORÉ.....55
3.1.1 Costa Marques.....59
3.1.2 Seringueiras.....61
3.1.3 São Miguel do Guaporé.....62
3.1.4 São Francisco do Guaporé.....63
3.2 A PAVIMENTAÇÃO DA BR-429: A FRONTEIRA SE MODERNIZA.....64
3.3 ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR.....70
3.3.1 A Produção de Urucum.....70
3.3.2 A Produção cafeeira.....74

3.3.3 A cultura agrícola do Maracujá.....78
3.3.4 A produção de inhame.....80

CAPÍTULO 4 - CONFLITOS NA FRONTEIRA DO GUAPORÉ: ÁREAS PROTEGIDAS E AVANÇO DA AGROPECUÁRIA.....84
4.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO VALE DO GUAPORÉ.....85
4.1.1 A REBIO Guaporé.....85
4.1.2 O Pacaás Novos.....86
4.1.3 RESEX Cautário.....87
4.1.4 RESEX Curralinho.....88
4.1.5 RESEX Pedras Negras.....88
4.1.6 PES Serra dos Reis.....88
4.2 TERRAS INDÍGENAS E DISPUTAS TERRITORIAIS.....89
4.2.1 TI Rio Branco.....90
4.2.2 TI Massaco.....90
4.2.3 TI Puruborá.....91
4.2.4 TI Uru-Eu-Wau-Wau.....92
4.3 PRESSÕES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS.....92
4.3.1 Santo Antônio do Guaporé.....93
4.3.2 Forte Príncipe da Beira.....94
4.3.3 Comunidade Quilombola de Jesus.....94
4.3.4 Santa Fé.....95
4.3.5 Pedras Negras.....96
4.5 A PRODUÇÃO DE SOJA.....97
4.6 PECUARIZAÇÃO NO VALE DO GUAPORÉ.....98

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....106

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada dimensiona a geografia da região do Vale do Guaporé, em Rondônia, que vem se tornando uma fronteira agrícola, processo no qual a agricultura familiar, as comunidades tradicionais e o agronegócio se destaca e contribui na dinamização da economia.

A geografia apresentada neste estudo nos permite compreender uma região rondoniense que, desde seu processo de ocupação, ocorrido a partir de meados de 1980, recebeu uma migração interna[1]. Tal ocupação não ocorreu por meio de projetos de colonização ─ como se deu em algumas sub-regiões do estado: muitos migrantes chegaram com expectativas de obterem terras no eixo da principal rodovia, a BR-364 ─ entretanto, a distribuição foi rápida e logo a demanda por terras foi crescendo. Em meados de 1980 começou, então, a migração interna e algumas regiões foram ocupadas.

No Vale do Guaporé a paisagem foi se transformando mediante a aceleração de queimadas e desmatamentos, principalmente nas margens da sua principal rodovia de acesso: a BR-429. Nessa região, a população, na sua maioria, reside em áreas rurais, onde atividades econômicas se baseiam na agropecuária, com presença de laticínios, frigoríficos, cooperativas e muitos comércios voltados para a atividade agropecuária; implementação agrícola, fábricas de rações para a pecuária bovina e produtos destinados ao processo produtivo do campo. O movimento populacional nas cidades ocorre, principalmente, em função da rentabilidade gerada pela produção leiteira e comercialização bovina ou agrícola.

Para compreender as geograficidades propostas, o estudo encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro, expõe-se a base teórica em que a pesquisa foi pensada e construída, a partir de bibliografias acerca de conceitos relevantes para o entendimento do estudo, tais como Região e Fronteira Agrícola.

No segundo capítulo são apresentados alguns elementos que contribuíram de forma significativa na produção do espaço agrário, sobretudo,

[1]Processo de deslocamento de pessoas dentro de um mesmo território ou região onde já estavam inseridas. Essas migrações exercem um papel importante, interferindo nas transformações das estruturas econômicas e sociais. (GONÇALVES, 2001, p.174)

na ação do Estado, que atua como organizador desse espaço. O intuito é explanar sobre a ação do Estado e das Políticas Públicas que, por meio dos programas, proporcionaram possibilidades de melhorias no tocante a produção familiar em todas as esferas, sejam programas federais, a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sejam programas estaduais e municipais.

O terceiro capítulo destina-se à apresentação minuciosa da fronteira agrícola do Vale do Guaporé. Primeiramente, torna-se necessário conhecer a região analisada, ou seja, o processo no qual as homogeneidades foram se consolidando. Diante da pesquisa, algumas questões são norteadoras nesses aspectos: é possível perceber o Vale do Guaporé como a nova fronteira agrícola de Rondônia? Quais aspectos nos permitem entender tal indagação?

O último capítulo traz os conflitos existentes na região, sobretudo nas áreas protegidas, e o avanço da pecuária bovina e da soja que se expandem cada vez mais no Vale do Guaporé. Considerada uma região com vastas áreas protegidas, cerca de 10% do estado de Rondônia, o Vale do Guaporé abriga uma fauna e flora riquíssimas, as quais são constantemente ameaçadas pela exploração madeireira que ainda é uma prática comum na região, bem como a caça e pesca ilegais

As transformações recentes no campo brasileiro são, de acordo com Ferreira (2002), provenientes da territorialização do capital de forma desigual e contraditória, em conformidade com as políticas públicas dirigidas pelo Estado. O espaço agrário, nesse sentido, ganha novas configurações espaciais influenciadas pelo incentivo do Estado no que se relaciona à produção agropecuária.

Almeja-se com a pesquisa evidenciar os elementos que tornam o Vale do Guaporé uma fronteira agrícola com forte atuação do Estado, especialmente, no que se refere às políticas agrícolas voltadas para o agricultor familiar. A agricultura familiar da região possui uma dinâmica produtiva e econômica que vem se diversificando nos últimos anos, consequência de um mercado consumidor e um interesse tanto por parte do agricultor em aprimorar a produção, quanto por parte do Estado no que tange aos investimentos da mesma.

O trabalho foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos e de informações sobre o Vale do Guaporé, bem como pesquisa de campo com alguns agricultores familiares da região. O intuito foi compreender os elementos de expansão da fronteira em questão.

I – PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

A realização de uma pesquisa no âmbito da geografia, assim como em qualquer outra ciência, necessita de um olhar direcionado aos objetivos que se almeja. A ciência é um processo da construção humana que segue etapas em sua elaboração. Ao iniciar a pesquisa aqui apresentada, foi necessário considerar a problemática, elemento considerado como eixo central de estudos científicos, como aponta Bachelard:

> Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 1996, p.18)

Partindo do pressuposto e da significância dada ao problema da pesquisa, fez-se necessário definir o contexto geográfico no qual ele será abordado, propondo, assim, discutir a consequência resultante na produção, transformação e organização do espaço geográfico.

A agropecuária constitui uma atividade econômica que, desde a colonização de Rondônia, fez-se presente, modificando, assim, a paisagem e a estrutura social e territorial do estado. Nas ultimas décadas foi possível notar diversas atividades que se destacam no Vale do Guaporé, sendo elas a agricultura e a pecuária de grande expressividade, classificando a região como a nova fronteira agrícola de Rondônia. Assim sendo, faz-se necessário ressaltar a problemática desta pesquisa que se destina a compreender quais aspectos indicam o Vale do Guaporé como uma fronteira agrícola?

Perceber a Geografia e suas nuances torna-se necessário, pois vivenciamos um mundo de transformações constantes, em que se busca

compreender o espaço e sua funcionalidade. Nessa perspectiva, trataremos do espaço agrário rondoniense, que foi colonizado a partir de 1970, processo no qual os pequenos agricultores tiveram enorme representatividade.

O estudo justifica-se pela expansão agropecuária que a região vem passando nos últimos anos na qual a agricultura familiar possui forte presença através de sua dinâmica produtiva. Para tanto, o trabalho propôs o reconhecimento de uma região rondoniense que vivencia uma expansão nas atividades rurais e vem se tornando destino de muitos migrantes do próprio estado, atraídos principalmente pelas oportunidades que tais atividades proporcionam.

A disseminação e a produção do conhecimento científico aqui apresentados têm por finalidade refletir sobre as modificações ocorridas no espaço geográfico de uma região rondoniense em que se registram inúmeras transformações nos últimos anos. Tais transformações são causadas, principalmente, pela pavimentação da BR-429, aumento populacional, criação de programas e políticas agrícolas que visam aprimorar a produção familiar, implantação de frigorifico e cooperativa rural no local.

II - OBJETIVOS

O presente estudo visa analisar a região do Vale do Guaporé, que tem apresentado uma expansão na produção agropecuária nos últimos anos, processo para o qual a pavimentação de sua principal via de acesso, a BR-429, tem contribuído de forma significativa, pois é possível perceber um fluxo de fazendeiros e agricultores familiares, ambos estimulados pelo Estado que incentiva o desenvolvimento da pecuária e culturas agrícolas.

Para alcançar as finalidades expostas neste estudo, foi necessário analisar a geografia da região a partir produção agropecuária, o que a qualifica como nova fronteira de Rondônia. O objetivo geral da pesquisa concentra-se em compreender o papel do Estado na expansão da fronteira agrícola do Vale do Guaporé. Quanto aos objetivos específicos, fez-se necessário conhecer as políticas agrícolas da região; evidenciar as características socioeconômicas da fronteira agrícola a partir da agricultura familiar e identificar os conflitos existentes na fronteira.

Para tanto, propõe-se compreender a atuação do Estado na produção familiar, bem como o reconhecimento da região enquanto fronteira agrícola. O direcionamento da pesquisa é relevante para que se compreenda uma região de Rondônia que se expande em nível produtivo e econômico.

III METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram estruturados em etapas que constituíram o processo de pesquisa aqui apresentado. Para Sposito (2004), o método deve ser compreendido como um instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando ele pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação. Diante do exposto, reúne-se aqui o aparato metodológico no qual a pesquisa foi construída.

Em “A metamorfose do espaço habitado”, Milton Santos nos diz que “enquanto totalidade, a sociedade é um conjunto de possibilidades” (Santos, 1996, p. 10). Para Konder (1998), “a totalidade é um processo que compreende um tempo histórico para analisar determinada particularidade, sendo composta por pares contraditórios, onde um destrói o outro, sendo um causa e consequência do outro”. Na visão da dialética Marxista:

> Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. (KONDER, 1998, p.35)

Em estudos relacionados à geografia agrária, a dialética refere-se a um método que permite compreender como o campo, esse espaço de produção, vem se modificando ao longo do tempo. Como Karl Marx sugere, nesse método, a realidade é vista como um processo em movimento. Para Oliveira (1994, p. 15), “os conflitos sociais no campo brasileiro não são uma exclusividade de nossos tempos, mas sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”.

O método será utilizado na pesquisa como um instrumento de apreensão da realidade que se propõe a captar a totalidade dos fenômenos e dos fatos numa realidade espacial carregada de vivências conflituosas e contraditórias no campo.

O trabalho foi elaborado numa abordagem qualitativa, uma vez que os procedimentos adotados na pesquisa nos permitem compreender, por meio da interação e interpretação, a realidade dos fatos analisados. Nesse sentido, a pesquisa de campo nos proporcionou uma coleta de informações que abrange os significados que os sujeitos envolvidos produzem, o que nos permite entender que são “abordagens aplicáveis ao estudo de situações em particular e não para a compreensão de tendências gerais. A situação pesquisada é vista em particularidade” (HEIDRICH, 2016, p. 23), ou seja, a abordagem qualitativa é usada em pesquisas que se voltam para entender as particularidades de uma situação. No caso do Vale do Guaporé foi possível refletir sobre as singularidades que o tornam uma fronteira agrícola, sobretudo, na manifestação atuante do Estado frente à expansão agropecuária na região.

Ao tratar sobre o campo brasileiro, Oliveira (2004) afirma que este é espaço de conflitos e contradições gerados pelo capital e na luta camponesa por manter-se da/na terra. Estudar o espaço agrário e suas nuances requer analisar os atores que o modificam. No caso desta pesquisa, os produtores familiares são transformadores do espaço em questão, uma vez que buscam alternativas de permanência no campo.

A estrutura metodológica da pesquisa foi realizada em quatro etapas, nas quais foi possível relacionar as informações bibliográficas e estatísticas com realidade vivenciada.

1) Primeira etapa: foram trabalhados os dados secundários, ou seja, materiais que discutem a temática agrária enquanto conceito. Fronteira Agrícola e Região constituem o embasamento no qual a geografia foi pensada e refletida por meio das contribuições de Coy (1988), Becker (2005), Machado (2012), Santos (1996, 2006), Lencioni (2005), Gomes (2000) e Haesbaert (2010).

2) Segunda etapa: levantamento da produção bibliográfica da contextualização agrária em Rondônia, referenciando, assim, autores como Costa Silva (2010,

2012, 2014a, 2014b e 2016) que analisa as transformações territoriais em Rondônia, Amaral (2004) que discute a colonização agrícola em Rondônia e Ferreira (2011) , Santos (2007) e Batista (2017) na compreensão da região do Vale do Guaporé em seu processo socioespacial.

3) Terceira etapa: é constituída por informações referentes à produção da agricultura familiar. Diversos órgãos são responsáveis por tais levantamentos: SEMAGRI (Secretaria Municipal de agricultura), Emater (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural), IDARON (Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para a sistematização dos dados, utilizamos recursos como figuras, gráficos, tabelas e registro fotográfico.

ÓRGÃO	TIPOS DE DADOS E INFORMAÇÕES
IBGE	Produção agrícola municipal (inhame, café, maracujá e urucum); Rebanho bovino (evolução do rebanho bovino); Censo demográfico (Quantitativo populacional e população rural e urbana); Área territorial dos municípios.
IDARON	Estratificação fundiária.
EMATER	Informações e dados referentes às principais culturas agrícolas; Quantitativo de produtores Familiares; Programas estaduais de fortalecimento ao pequeno produtor.
SEMAGRI	Programas municipais voltados para a produção familiar.

Quadro 1: Explanação sobre informações e dados para a pesquisa
Organização: MACHADO, D. T. 2018.

4) Quarta etapa: A ultima etapa é o trabalho de campo, que compreende a visita à cooperativa de produtores rurais e entrevistas com agricultores familiares com representatividade local. Ao tratar das políticas agrícolas no Vale do Guaporé, torna-se necessário o reconhecimento de alguns produtores engajados em tais programas, por isso a escolha dos agricultores entrevistados

nesta pesquisa fez-se mediante levantamento em órgãos responsáveis por auxiliar, de forma direta, a agricultura familiar.

A escolha dos entrevistados deu-se por meio de critérios, tais como a participação efetiva em políticas agrícolas, tanto na esfera federal como estadual e municipal. Este critério foi usado para compreender melhor o papel do Estado frente ao incentivo na produção familiar. Foram realizadas seis entrevistas em todos os municípios do Vale do Guaporé

IV - CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Vale do Guaporé localiza-se no sudoeste do estado de Rondônia e é composto por quatro municípios: Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, somando uma área de 26.280,668 km² o que representa, aproximadamente, 11% do território rondoniense. Quanto ao quantitativo populacional, de acordo com dados do IBGE (2010), são 63 (sessenta e três) mil habitantes, o que representa, aproximadamente, 4% da população de Rondônia. Tais dados são apresentados na Tabela 1 com características da região.

Tabela 1: Características dos Munícipios do Vale do Guaporé (2010)

MUNICÍPIOS	DATA DE CRIAÇÃO	ÀREA KM²	POPULAÇÃO (2010)	URBANA %	RURAL %
Costa Marques	16/06/1981	4.987,18	13.678	54,8	45,2
São Francisco do Guaporé	27/12/1995	10.059,77	16.035	51,3	48,7
São Miguel do Guaporé	06/07/1988	7.460,22	21.828	38,8	61,2
Seringueiras	13/02/1992	3.773,51	11.629	37,8	62,2

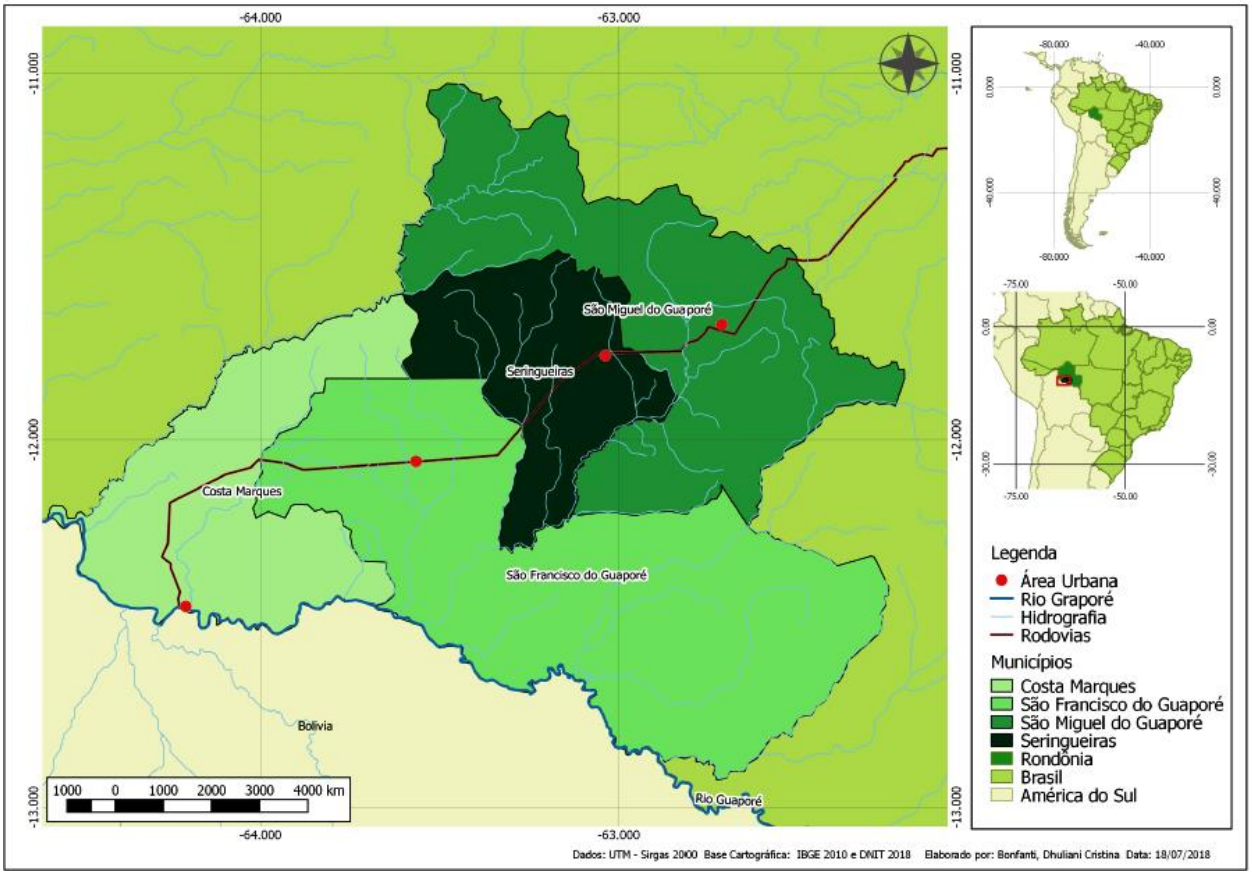
Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010**.**
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

Dentre os municípios, o mais antigo é Costa Marques, que foi elevado à categoria de município em 1981 e possui o monumento mais antigo do estado: o Real Forte Príncipe da Beira; e o mais recente é São Francisco do Guaporé, com uma extensa área territorial com diversas atividades produtivas.

O mapa de localização do Vale do Guaporé pode ser observado na figura 1. Essa regionalização foi realizada em 2015, em que o Governo do

Estado de Rondônia elaborou o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável[2], regionalizando o território em dez RP (Região de Planejamento). Para tanto, usou-se nesta pesquisa a delimitação da região do Vale do Guaporé proposto pelo Plano de Desenvolvimento Estadual.

Figura 1: Mapa de Localização do Vale do Guaporé



A economia agrícola prevalece em todos os municípios, pois, ainda que as cidades tenham seus comércios e serviços, o rural se faz presente como principal fator de dinâmica econômica, como a atividade leiteira, que possui uma representatividade ao gerar empregos tanto no espaço rural como no espaço urbano.

Em todos os municípios do Vale do Guaporé a dinâmica do espaço agrário é evidente, pois a produção proveniente de tal espaço promove a

[2] Esta regionalização foi realizada a partir de estudos que estabeleceram regiões com identidades e características comuns, facilitando o processo de planejamento e de territorialização das políticas públicas (Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia, p. 18, 2015).

economia, quer seja na produção leiteira, que movimenta a economia mensalmente, quer seja na a produção de inhame, que movimenta a economia anualmente, por exemplo. Entender essas relações espaciais inseridas no espaço agrário rondoniense torna-se relevante para uma melhor compreensão da realidade; assim sendo, a área de estudo é importante em seu contexto social e produtivo.

CAPÍTULO 1

ABORDAGEM GEOGRÁFICA: REGIÃO E FRONTEIRA AGRÍCOLA

O embasamento teórico constitui uma etapa de suma importância na construção conceitual da pesquisa aqui apresentada, pois oferece conceitos que contribuem ao entendimento dela. De acordo com o levantamento do IBGE no ano de 2010, a população rural no Brasil era 14,6%, enquanto a urbana representava 85,4 %. Tratar o campo como um espaço em transformação, que possui expressividade cultural e produtiva, é, de fato, reconhecer a grandeza desse espaço, ainda que a urbanização brasileira torne-se cada vez mais crescente.

Adentrando a trajetória conceitual da Geografia Agrária, percebe-se que os debates mais longínquos pautam-se na forma como o homem vivia e se reproduzia enquanto seres totalmente dependentes da natureza. A revolução agrícola pela qual a humanidade passou foi, sem dúvida, um evento de suma importância para a sobrevivência do homem, uma vez que, ao descobrir que podia plantar seu alimento, sua forma de viver mudou.

Esse período da história marca o processo agrícola que aos poucos foi se consolidando, mormente, com o aperfeiçoamento das técnicas e a produção de alimento. A partir daí, o homem pôde plantar seu alimento e criar animais para seu sustento, tais modificações na estrutura social permitiram uma nova forma de produzir o espaço. Partindo desse pressuposto, a agricultura foi uma atividade que transformou o modo de vida da humanidade e a relação que esta estabeleceu no espaço.

A agricultura alcançou outros papeis de destaque no contexto da ciência geográfica, como nos afirma Ferreira (2001), ao expor que, sob a égide da geografia, conhecer a superfície da terra e identificar as formas de exploração aparecem como a primeira forma de analisar a agricultura.

> Considerando-se que a agricultura é a atividade econômica mais antiga da sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural (FERREIRA, 2001, p. 41).

A geografia agrária, em seu contexto histórico, surge enquanto elemento econômico. Para Valverde (2006), as influências econômicas constituem fatores que o geógrafo não pode menosprezar na interpretação da paisagem; estudando as diversas culturas é preciso considerar o objetivo da produção. Para o autor: “A Geografia agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa” (VALVERDE, 2006, p. 15).

Ao analisar as estruturas agrárias, Claval (2011) ressalta que se torna inseparável o funcionamento das sociedades que as criaram e as desenvolveram. Em sua observação sobre as paisagens agrárias, autor nos diz que tais paisagens aparecem como realidades bastante simples, mas sua análise revela que o encadeamento que promovem é complexo.

Na atualidade, o campo ganha novas interpretações, como nos aponta Santos (2011) ao afirmar que o campo moderno é lugar da técnica, técnica essa a favor do capital. Diante do exposto, percebemos que um dos aspectos relevantes ao entendimento do espaço agrário é a economia do lugar, pois, desde seu surgimento, tal ramificação da geografia tem por finalidade indagar como e quanto se produz no espaço, objetivando, assim, a compreensão ampla e totalizante da realidade.

1.1 REGIÃO ENQUANTO ELEMENTO CATEGORIZADOR DA PESQUISA

A partir da própria delimitação geográfica desta pesquisa foi possível o aprofundamento da categoria região que, considerada como uma categoria clássica da geografia passou por uma reformulação; sua definição faz-se necessária para o entendimento da geograficidade atual. Santos (1998) discute região na atualidade do mundo globalizado; para o autor, esse conceito passou por uma nova roupagem com a geografia radical. Antigamente, o conceito de região era usado para diferenciação de áreas, sendo essa a primeira forma de regionalizar o espaço, porém, a partir do processo de globalização, novas formas de discutir-se o conceito foram surgindo.

Mas, afinal, o que se entende por região? Esta categoria tão mencionada em estudos geográficos, cuja complexidade, de acordo com

Santos, evoluiu com o processo de globalização. No intuito de compreender a dimensão teórica de região, propomos refletir cautelosamente as discussões de autores que se debruçaram sobre o seu entendimento, entre eles: Gomes (2000), Milton Santos (1997, 1998 e 2006), Rogério Haesbaert (2010) e Sandra Lencioni (2005).

A região na concepção de Gomes (2000) é a materialidade da inter-relação entre o homem, a cultura, o meio ambiente e a natureza. É também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza. O termo possui em sua etimologia o significado de domínio, de relação entre um poder central e um espaço diversificado. Ao observar uma determinada região, deve-se considerar que ela é a consequência de uma série de inter-relações, que lhe atribuem características próprias.

Outra autora que contribuiu para o entendimento da categoria em questão é Lencioni (2005) ao afirmar que a região surge enquanto elemento de diferenças e contraste da superfície terrestre. Ao longo do pensamento geográfico esse conceito consolidou-se no bojo político, chegando, hoje, a uma forma de compreender as singularidades expostas no espaço. Para a autora:

> A busca por novos caminhos de análise da geografia surgiu no momento em que o lugar, o regional e o global se compuseram diante da recente reestruturação do capitalismo. Atualmente, com o processo de globalização, essa reestruturação traz a tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise que se situa entre o local e o global" (LENCIONI, 2005, p. 199).

Para Santos (1997 p. 66 e 67), discutir a categoria região, após o processo global que o mundo vivencia, é apontar a evolução desta categoria geográfica, a qual se adaptou ao processo atual e trouxe elementos concretos ao entendimento da geografia. Para o autor, uma região é, na verdade, o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, assim, define-se região como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico.

Na obra *a natureza do espaço,* Milton Santos descreve a Universalidade Atual do Fenômeno de Região[3], e enaltece tal categoria na atualidade do mundo globalizado. Existem elementos que colaboram para a aceleração do movimento e mudanças na forma e no conteúdo das regiões, ou seja, “o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (SANTOS, 1996, p. 164).

No intuito de esclarecer esta categoria-chave que permeia a geografia, o autor leva em consideração que:

> As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. (SANTOS, 2006, p.165)

Regionalizar é um ato de poder, na concepção de Haesbaert (2010), poder de recortar, de classificar e, muitas vezes, também de nomear. Segundo o autor, podemos entender região “enquanto uma espécie de unidade espacial definida a partir de uma determinada articulação de relações sócio-espaciais, dotada de similaridade e/ou de coesão, evidentemente, é sempre definida a partir de sua especificidade, de sua diferenciação ou contraste” (HAESBAERT, 2010, p.127).

A região, na concepção de Haesbaert, é sempre definida por aspectos que diferenciam-lhe e tornam-lhe única, ou seja, as particularidades. Na região do Vale do Guaporé percebe-se uma particularidade referente ao quadro social e natural. Compreende um domínio de bioma amazônico em transição com o pantanal Mato-grossense e o Cerrado, recebe o nome de Vale do Guaporé pela aproximação com o rio de mesmo nome, constituindo assim, uma fronteira política entre Brasil e Bolívia.

Em suma, a região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Ao geógrafo cabe

[3] Texto em aspas refere-se ao título contido na *terceira parte:* por uma geografia do presente, no qual Santos traz alguns elementos explicativos no que tange ao meio natural e técnico-científico-informacional.

desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsáveis por sua configuração (GOMES, 2000).

Para, de fato, conhecer uma região, é necessário refletir sobre suas particularidades. Gomes afirma que a realidade da região passa a ser referência para a população que nela vive. No caso do Vale do Guaporé, nota-se uma produção econômica pautada na agropecuária e as cidades de pequeno porte são, em parte, movimentadas pela dinâmica do campo. O rio Guaporé percorre os municípios de São Francisco do Guaporé e Costa Marques e é responsável por atrair turistas para a região.

Em seu contexto populacional, a maioria dos habitantes reside em áreas rurais e há uma dependência dos centros urbanos mais próximos, como Rolim de Moura e Ji-Paraná. Outra característica é a presença de índios, quilombolas e ribeirinhos que compõem o processo histórico regional. Após a colonização do estado, os migrantes transformaram o espaço e, hoje, a agricultura e a pecuária bovina se sobressai nas atividades econômicas, resultando em investimentos para a região.

A ocupação da região em questão não se deu por meio de projetos de colonização, como ocorreu em outras regiões do estado. Por esse motivo, segundo Santos (2007), muitos conflitos ocorreram no início da ocupação, principalmente no município de Seringueiras em decorrência das Terras indígenas do local.

1.2 A FRONTEIRA AGRÍCOLA

As áreas de fronteira agrícola no Brasil têm representado a incorporação de novas terras ao setor agropecuário de variadas maneiras. Enquanto definição “são áreas despovoadas ou pouco povoadas por populações que se dedicam à exploração dos recursos naturais e que vêm sendo submetidas a processos de ocupação em decorrência da alta potencialidade agropecuária que apresentam” (SICSÚ; LIMA, 2000, p. 110).

Ao analisar a dinâmica ocasionada na fronteira Amazônica, Bertha Becker (2005) a considera como um espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, capaz de gerar realidades novas. Dentre as mudanças, destaca-

se a da conectividade regional, um dos elementos mais importantes na Amazônia. A fronteira, na visão da autora, é considerada o lugar do novo e das possibilidades.

A fronteira, para Machado (2012), é entendida também como possibilidade de transformação do espaço a partir de projetos dos grupos sociais e políticos que disputam o sentido da fronteira, principalmente para apropriação da terra. Na concepção da autora, a fronteira agrícola seria:

> Um lugar onde é possível a criação do novo, esse novo juntamente com o acesso a propriedade da terra e da organização do espaço, que supõe uma infraestrutura e um sistema eficaz de comercialização permite afirmar que a fronteira agrícola é também um processo, que cria a expectativa ou a possibilidade de melhor padrão e qualidade de vida para a população rural. (MACHADO, 1992, p. 33)

A fronteira agrícola é vista como um espaço destinado à exploração agropecuária. Nela, o novo é tido como possibilidade e a população, de fato, anseia por melhor qualidade de vida. Uma das características da fronteira agrícola é a intensa exploração, tornando-se comuns queimadas e desmatamentos em tais espaços.

Matin Coy, ao considerar o impacto da fronteira agrícola na Amazônia, mormente em Rondônia, afirma que:

> Muito embora esse processo seja considerado um sucesso, existem os dilemas decorrentes da fronteira, que diferenciam cada vez mais a sociabilidade no campo, reproduzindo assim as estruturas sociais das regiões de expulsão rural no centro socioeconômico do país. Do mesmo modo, mostra-se um aumento dos conflitos de terra em função do desequilíbrio cada vez maior entre demanda e oferta de terras de colonização. Uma das explicações básicas para esta problemática regional encontra-se no modelo brasileiro de desenvolvimento, no qual os interesses existenciais do campesinato sempre obtiveram pouca atenção. (COY, 1988, p. 167)

Em Rondônia, a fronteira é considerada um processo em expansão, como aponta Costa Silva (2015. p. 9) ao afirmar que:

> A funcionalidade geográfica da fronteira se expressou na expansão e reprodução do capital, incorporando novas terras ao processo produtivo da economia nacional. Por sua vez a fronteira não deixou de ser uma esperança para camponeses expropriados, dado o acesso à terra, como de fato ocorreu no estado de Rondônia, através da colonização. Esta intervenção possibilitou ao Estado manejar os conflitos sociais, articular a integração econômica da fronteira a economia nacional, ao tempo que reorganizou o território.

Diante das reflexões acerca da fronteira em Rondônia, o autor afirma que existia uma fronteira agrícola do Estado, porém, na atualidade, existem transformações que ensejam uma fronteira do capital nacional e internacional que se realiza de forma fragmentada, articulada ao movimento geral pelo qual passa o Brasil e suas transformações territoriais (COSTA SILVA, 2010).

A fronteira agrícola é tratada como um lugar de possibilidade, onde a técnica se consolida no espaço. São consideradas áreas de atração populacional promovida por programas públicos que visam incentivar a produção agropecuária. No caso do Vale do Guaporé é possível notar elementos de modernização do espaço nos últimos anos, o que contribuiu muito para a expansão agropecuária da região. Uma dessas modernizações deu-se na pavimentação da rodovia BR-429, sua total construção ainda não está realizada, porém já é possível perceber a expansão agropecuária promovida no local.

O Vale do Guaporé, enquanto fronteira agrícola, apresenta uma alta potencialidade agropecuária o que resulta, consequentemente, em desmatamentos para atividades, como a pecuária bovina e culturas agrícolas. A pecuária bovina é considerada uma atividade de maior impacto na fronteira, uma vez que sua expansão implica em áreas cada vez mais extensas. O aumento da pecuária bovina, bem como de alguns produtos agrícolas e a procura por terras resultantes na imigração interna torna a região uma fronteira agrícola, cuja expansão se dá mediante a ação do Estado.

1.3- AGRICULTURA FAMILIAR: BASES CONCEITUAIS

A definição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural dada pela Lei nº 11.326/2006 também inclui o conceito de módulo fiscal, ao estabelecer que, dentre outros requisitos, este não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais. A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 3º, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...].

De acordo com informações do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), a agricultura familiar tem dinâmica e característica distinta. Nela a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. A agricultura familiar passa a ser reconhecida como uma categoria produtiva e se encerram as dúvidas sobre a sua conceituação legal. As relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares.

Refletindo as contribuições de Wanderley (2014) para a compreensão da unidade familiar, a autora aponta Alexander V. Chayanov e sua teoria sobre esse conceito. Ao vivenciar a situação da Rússia no século XX, Chayanov elaborou uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura.

Chayanov ressalta a relevância da família em seu contexto produtivo, desta forma o produtor familiar, enquanto categorial social, possui na família a centralidade do fundamento da empresa camponesa, uma vez que é a composição da família que definirá a força de trabalho empregada na produção, bem como as necessidades de consumo, ou seja, a unidade familiar é tanto ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica (Wanderley, 2014).

A teoria da organização da unidade econômica camponesa de Chayanov (1975) baseia-se nos estudos desenvolvidos sobre as economias de produção familiares russas, no início do século XX. Essa teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher primeiramente as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital.

Sobre a lógica da produção familiar em Chayanov, Alves e Ferreira apontam que “o pequeno produtor vai produzir de acordo com a força de trabalho disponível e também com a necessidade do consumo familiar. Pode-se concluir, portanto, que Chayanov não nega o interesse da família agricultora de obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse é dependente da satisfação familiar” (ALVES; FERREIRA, 2009. p. 151).

A agricultura familiar, em Rondônia, foi marcada por políticas públicas que garantiam acesso à terra a quem de fato pudesse cultivá-la. De acordo com Costa Silva (2014a, p. 167), “No período de 1970 a 1995 a geografia de Rondônia sofreu alterações estruturais, mas manteve e ainda mantém uma base econômica centrada na produção familiar, uma estrutura fundiária com forte presença dos estratos das pequenas propriedades, um espaço marcadamente do campesinato”.

CAPÍTULO 2

ESTADO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO VALE DO GUAPORÉ

O conceito de Estado é relevante na pesquisa aqui apresentada, uma vez que ele atua como organizador do espaço. Especificamente nesta pesquisa, buscou-se identificar quais ações são direcionadas ao fortalecimento da produção familiar no Vale do Guaporé. Elucidar os termos Estado e Políticas públicas na geografia é observar a região e suas complexidades, é compreender a formação socioespacial dentro de um contexto de poder. No intuito de esclarecer o papel do Estado, no tocante aos estudos geográficos, foram referenciados autores na trajetória de tal entendimento: Harvey (2005), Rossi (2013) e Fernandes (2015).

2.1 O ESTADO E SUA FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O Estado surge, segundo Harvey (2005), como elemento central no funcionamento da sociedade capitalista, sua criação não é recente e sempre esteve presente na sociedade, porém suas formas de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia. Para o autor, o Estado origina-se da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade.

No entendimento da funcionalidade do Estado, Rossi (2013) afirma que este corresponde a um dos principais atores internacionais, sendo também um dos mais importantes agentes de produção e transformação do espaço geográfico, pois desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço e reproduz-se enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. Para o autor:

> O Estado é constituído por diferentes grupos sociais com interesses e objetivos divergentes, para garantir sua hegemonia e projetos, por isso a noção de embates na fase de elaboração das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que contribui para a produção das desigualdades sociais e do processo de exclusão, ele gera demanda por informações que possibilitem a elaboração de políticas públicas que combatam tais processos. (ROSSI, 2013, p. 38)

A atuação do Estado no espaço é notória, pois sua ação implica em mudanças estruturais na sociedade, e, consequentemente, na geograficidade do lugar, imprimindo, assim, expressões que se consolidam no tocante ao funcionamento desse espaço produzido. Estado é um conceito bem utilizado em estudos geográficos, uma vez que é por meio da sua ação que o espaço se organiza e passa a ter novas configurações; sendo assim, ele age e cria estratégias de dominar o território, portanto, é imprescindível que o termo seja esclarecido.

Em suma, o Estado controla e organiza o espaço e as políticas públicas são voltadas para as configurações territoriais, no caso do espaço agrário, essas ações vêm sendo amplamente usadas, principalmente na Amazônia, como aponta Becker (2010, p.18) ao afirmar que “a elaboração de políticas públicas no novo momento histórico exige que se aprofunde o conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia hoje”.

No que tange ao espaço agrário, o Estado é um importante agente que proporciona modificações intensas ao meio, principalmente nas últimas décadas, em que o campo brasileiro passou pelo processo de modernização. Tal modernização, em algumas regiões do Brasil, só foi efetuada por meio de políticas públicas que proporcionaram à população o acesso a esses programas de incentivo à produção. Torna-se relevante compreender as transformações geradas pela expansão agropecuária em Rondônia e a participação do Estado como norteador de alguns processos importantes para essa expansão.

2.2 ESTADO E COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA EM RONDÔNIA

A colonização em Rondônia, de acordo com Santos (2007), apresenta uma modalidade de fronteira em que a expansão e incorporação se deram ao mesmo tempo. Embora as relações sociais fossem as pautadas pelo mercado, a colonização foi estabelecida nos termos de um contrato social regido não pela compra de terra, mas pela sua definição enquanto um bem natural disponível. Perpassando a historicidade que engloba a colonização agrícola em Rondônia, alguns autores, como Santos (2007), Amaral (2004) e Oliveira

(2010), apontam que a modernização no campo que ocorria nas regiões Sul e Sudeste do Brasil contribuiu para que Rondônia fosse, de fato, colonizada.

Segundo Oliveira (2010), a modernização da agropecuária provocou o desemprego que desencadeou conflitos entre donos de terras e trabalhadores rurais, e, para diminuir a tensão provocada entre os atores da cafeicultura, o governo incentivou a migração para as regiões de fronteiras, forçando, assim, a migração para outras regiões, a exemplo de Rondônia.

A ocupação da Amazônia caracteriza-se, segundo Amaral (2004), por impedir que um número considerável de indivíduos pudesse ter acesso à terra. Utilizando-se de uma estratégia geopolítica, o Estado brasileiro procurou assegurar e controlar o domínio do espaço através das políticas de ocupação do território.

> "A Colonização representa uma atividade na produção do espaço agrário brasileiro, que se caracteriza como processo social complexo de dupla dimensão; espacial e temporal, onde, forças sociais em conflitos, interagem produzindo relações sociais". (AMARAL, 2004, p. 72)

Desde o processo de colonização, o espaço agrário de Rondônia passou por inúmeras transformações, como aponta Costa Silva (2010, 2014b) ao ressaltar que as primeiras atividades econômicas realizadas, após a década de 1970, promoveram um novo modelo de ocupação. "A partir da década de 1970, a colonização dirigida pelo INCRA assume feições diferentes na geografia regional. Os estímulos aos fluxos migratórios e à gestão do território viam a institucionalidade da política de colonização, promoveram novos usos e significados do território sob a gestão do Estado" (COSTA SILVA, 2012, p.3). A colonização agrícola em Rondônia deu-se por meio da ação do Estado que visava, na época, ocupar áreas da Amazônia brasileira, muitos agricultores vieram na tentativa de obter terras na região, e muitos possuíam na família sua força de trabalho.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO A PRODUÇÃO FAMILIAR

No Brasil, a intervenção do Estado no espaço agrário, por meio das políticas agrícolas inseridas nos planos de governo, tem início a partir da

década de 1950. O Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964 (BRASIL, 1990, p.7), em seu § 2º define política agrícola como:

> O conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego e no sentido de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Alencar e Menezes (2009) afirmam que as políticas agrárias são estruturais, pois estabelecem uma intervenção direta, buscando sua alteração ou consolidação em longo prazo, e seus efeitos somente serão percebidos algum tempo após sua implantação. A mesma está embasada na concepção de que a propriedade e a posse da terra são fatores especiais que condicionam a estrutura da produção agrícola, as condições de reprodução social de diferentes grupos sociais e as relações de poder no campo. Ao ressaltar as políticas públicas no campo brasileiro, os autores afirmam que:

> As intervenções públicas foram e ainda são bastante comuns na gestão das sociedades com a finalidade de criar facilidades para reorientação de investimentos do capital público e privado. Buscando amenizar as diferenças entre regiões e lugares, atua mediando interesses do capital, das classes capitalistas e em menor relevância das classes trabalhadoras. Na realidade, as políticas públicas e suas formas de realização refletem as contradições e conflitos entre e nos distintos setores e classes sociais presentes no atual estágio de desenvolvimento da história do Brasil e do mundo (ALENCAR; MENEZES, 2009, p.133).

Vale ressaltar que as políticas públicas contextualizadas nesta dissertação versam sobre a Agricultura Familiar, propondo, assim, uma historicidade de alguns elementos que se tornaram importantes na evolução desta categoria social no Brasil. Mendes *et al* (2010) observa que as políticas públicas se materializam por meio da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Por isso, o acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas, além da avaliação de seu impacto sobre a situação existente, deve ser permanente.

As políticas públicas, segundo Hespanhol (2007), direcionadas ao desenvolvimento rural restringiram-se, até recentemente, ao apoio da produção, principalmente aos segmentos voltados à exportação e ao

fornecimento de matérias-primas às agroindústrias, tendo, portanto, caráter setorial e cunho essencialmente produtivista. No início da década de 1960, o Estado segue um plano de desenvolvimento rural privilegiando a grande exploração em detrimento das unidades produtivas familiares qualificadas como secundárias, limitando-se aos aspectos referentes à modernização da agricultura.

> A modernização da agricultura com início em 1950 provocou diversas alterações no campo, inclusive no tocante ao aparecimento de programas que objetivavam o crescimento da atividade no país. Historicamente um marco para as políticas públicas no campo brasileiro foi a implantação do sistema nacional de crédito rural (SNCR) EM 1965, este visava subsidiar médios e grandes produtores rurais para o desenvolvimento do setor agropecuário. (HESPANHOL, 2007 p. 274)

Ao salientar a agricultura no bojo do sistema capitalista, Mesquita (2011) afirma que a agricultura sempre foi chamada a cumprir papéis importantes em qualquer tipo de formação social no processo de desenvolvimento econômico, cabendo ao Estado oferecer instrumentos que viabilizem essas estratégias. Hoje suas funções estão muito mais articuladas com problemas conjunturais de política macroeconômica direcionada por organismos internacionais do que propriamente com o desenvolvimento da atividade em si.

> A ação do Estado nesse contexto orienta-se fundamentalmente para a integração vertical e para o incremento imediato de produção através do aumento de produtividade sem, entretanto, substituir totalmente o antigo padrão de expansão agrícola, extensivo e articulado à agricultura familiar o segmento dinâmico nas áreas de fronteira. (MESQUITA, 2011, p. 32)

As políticas públicas na concepção de Rodrigues (2014) devem estar, por princípio, orientadas para a garantia de acesso a bens, serviços públicos e justiça social a todos os habitantes do território, indistintamente. De acordo com o autor, é preciso resgatar o debate sobre políticas públicas para que se compreendam as demandas e questões que afligem a sociedade.

A geografia de Rondônia mudou nos últimos anos, consequência de uma ocupação intensa promovida a partir de 1970 com a colonização agrícola. Segundo Costa Silva (2010), não seria exagero afirmar que, no âmbito das políticas públicas, Rondônia serviu como um verdadeiro laboratório social e territorial do Estado.

> Apoiados pelo Estado, por meio dos clássicos instrumentos de políticas públicas e considerando os ventos da expansão econômica no mercado mundial, os agentes privados assumem um protagonismo maior na cena regional que coopta aos agentes econômicos menores (fazendeiros, agricultores) na produção de uma nova hegemonia na dinâmica do território. (COSTA SILVA, 2010, p.16)

As reflexões aqui realizadas sobre a agricultura familiar nos levam a perceber a fragilidade desta categoria social, que vivencia riscos e incertezas mesmo apoiada pelo Estado, sobretudo, em relação à concorrência e a instabilidade de mercado.

2.3.1 PROGRAMAS DA ESFERA FEDERAL

O intuito deste trabalho é refletir sobre a expansão da fronteira agrícola no Vale do Guaporé na qual a agricultura familiar se faz presente e diversifica cada vez mais as atividades econômicas desenvolvidas no espaço. Para tanto, foi necessário ressaltar políticas agrícolas que são direcionadas à produção familiar. Na esfera federal, os programas mais expressivos são: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e PAA (Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar), ambos destacados neste estudo como importantes programas para o pequeno produtor expandir e/ou aprimorar sua produção.

2.3.1.1 PRONAF

A criação do PRONAF em 1995 marcou o reconhecimento do Estado à categoria social agricultura familiar e legitimou a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades (GRISA, 2012).

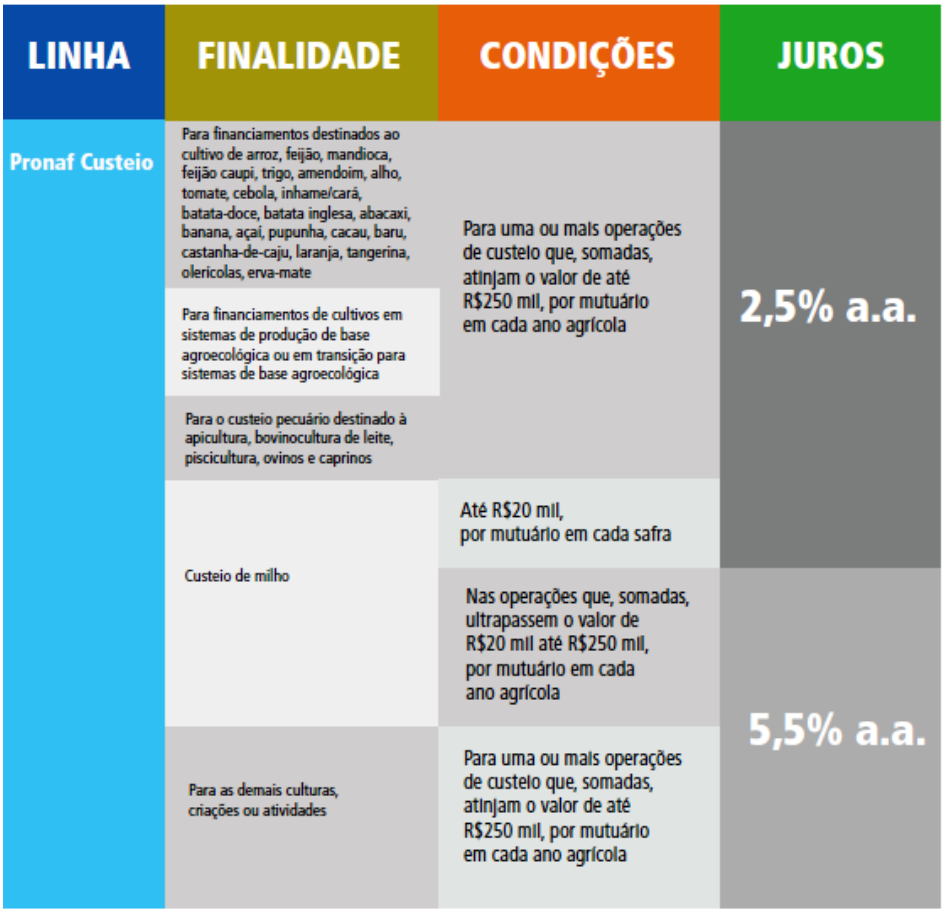
O PRONAF se constitui na primeira política voltada, exclusivamente, para a agricultura familiar, dessa forma o programa tem contribuído para acentuar as desigualdades regionais no país, por meio da distribuição de recursos onde a presença da produção familiar é expressiva (SARON; HESPANHOL, 2012). Ao ressaltar a trajetória do PRONAF, os autores afirmam que:

> O programa passou por inúmeras mudanças e aperfeiçoamentos desde o início da sua elaboração e institucionalização nos anos de 1995 e 1996, mas mantém como eixo de atuação principal a concessão de crédito rural subsidiado a agricultura familiar. Apesar do crescimento expressivo no aporte de recursos financeiros ao programa, diversas pesquisas têm mostrado que houve a desvirtuação dos seus objetivos iniciais, o que tem contribuído para reforçar as diferenças entre os segmentos e cadeias produtivas mais capitalizadas e os segmentos menos capitalizados da agricultura familiar (SARON; HESPANHOL, 2012, p. 657).

O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades para manter-se no campo. Para Oliveira, Baccarin e Ferreira (2015, p. 138), “o contexto da construção de Políticas públicas para agricultura familiar se inicia com o PRONAF, posteriormente surge o Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)”.

O quadro 2 apresenta as informações referentes ao plano safra da agricultura familiar 2016/2017. Esse plano objetiva expor as finalidades do financiamento para cada tipo de produção, bem como as condições necessárias para o agricultor familiar obter tal financiamento e a taxa de juros. O PRONAF é um programa que, desde sua criação, promoveu algumas mudanças para o pequeno produtor, sobretudo no aprimoramento da produção. Nas entrevistas realizadas neste estudo, foi possível perceber o quanto os agricultores se identificam com o programa e o qualificam como importante aquisição para os produtores rurais.

Quadro 2: Quadro-Resumo do crédito do PRONAF 2017-2018



LINHA	FINALIDADE	CONDIÇÕES	JUROS
Pronaf Custeio	Para financiamentos destinados ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame/cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha-de-caju, laranja, tangerina, olericolas, erva-mate	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até R$250 mil, por mutuário em cada ano agrícola	2,5% a.a.
	Para financiamentos de cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica		
	Para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos		
	Custeio de milho	Até R$20 mil, por mutuário em cada safra	
		Nas operações que, somadas, ultrapassem o valor de R$20 mil até R$250 mil, por mutuário em cada ano agrícola	5,5% a.a.
	Para as demais culturas, criações ou atividades	Para uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até R$250 mil, por mutuário em cada ano agrícola	

Fonte: Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2018 MDA

No Vale do Guaporé, muitos produtores buscam a linha de crédito rural do PRONAF para aprimorar a produção. Segundo informações da EMATER, no ano de 2016 foram feitos 347 projetos do programa, cujo crédito se dá principalmente na produção de café e pecuária bovina.

2.3.1.2 PRONAF Mulher

Criado em 2003, o PRONAF Mulher tem como objetivo fornecer crédito para mulheres agricultoras com projetos específicos que visam contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar.

Segundo informações do gerente da Emater de São Francisco, existem poucas mulheres que conseguiram a aprovação do PRONAF Mulher na região: apenas duas; uma do município de Seringueiras, e outra de São Francisco do

Guaporé. Em explicação para a pouca expressividade do programa destinado às mulheres, foi relatado que muitos projetos não foram aprovados por não se encaixarem nos critérios do PRONAF Mulher e, para concluir a fala, foi exposto que existe, sim, uma invisibilidade da mulher no campo.

No dia 28 de setembro de 2018 foi realizada uma entrevista com a senhora Sirlei Perez, residente na RO 377, Porto Murtinho, município de São Francisco do Guaporé. A propriedade familiar possui 50 hectares e a família é composta por quatro integrantes que investem na produção de café e na pecuária leiteira. Em 2015, a senhora Sirlei conseguiu o crédito do PRONAF Mulher para o custeio na atividade de costura, que já exercia antes, porém em menor escala.

Em entrevista, a senhora Sirlei disse que houve muitas tentativas até seu projeto ser aprovado e quando conseguiu a aprovação, fez a aquisição de duas máquinas de costura e tecidos para iniciar seu negócio. Atualmente, ela, juntamente com a ajuda do filho, faz uniformes escolares para duas escolas da cidade de São Francisco e distribui em uma papelaria que revende seu produto.

Figura 2: Produção de uniformes escolares em São Francisco do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

A figura 2 apresenta o local onde a senhora Sirlei confecciona os uniformes escolares. A propriedade familiar, que dista aproximadamente 25 km da cidade, está no nome de seu esposo, que também possui PRONAF para o rebanho bovino. Desde que iniciou a confecção de roupas escolares, a

dedicação foi exclusiva para o negócio, por isso ela relatou que não auxilia em outras atividades na propriedade.

2.3.1.3 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Criado para o fortalecimento da Agricultura familiar, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) tem como objetivo central garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo. Basicamente o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2006).

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar, promovendo o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos (HENTZ, 2016). No Vale do Guaporé, o programa tem incentivado a produção de maracujá e outros produtos da horticultura destinados principalmente para a aquisição de merenda escolar (Emater, 2017).

A horticultura é uma atividade muito desenvolvida na agricultura familiar, que visa à produção de hortaliças. Trata-se de uma cultura economicamente viável, que necessita de uma extensão de terra pequena, em relação a outras produções agrícolas (FAULIN e AZEVEDO, 2003).

No dia 28 de setembro de 2018 foi realizada uma entrevista com a senhora Andréia Pereira residente no município de São Francisco do Guaporé. A chácara de 1 hectare está em seu nome e, desde o ano de 2014, ela e sua família trabalham com horticultura. Distante 20 km da cidade de São Francisco do Guaporé, a propriedade está localizada na RO 377, Porto Murtinho.

A família é composta por sete integrantes e todos ajudam na horta. A senhora Andréia é uma referência na horticultura do município; os produtos são distribuídos em feiras, comércios, escolas e hospitais. Os programas dos quais

a família faz parte são: PRONAF (Mais alimento), PAA e recebem a assistência da Emater.

O sistema usado na produção das hortaliças, em sua maioria, é o hidropônico[4]. Em entrevista, foram relatadas as vantagens desse tipo de plantação que possui uma produção mais rápida, uma maior durabilidade das folhas (o que gera menos perda) e a preferência do consumidor pelo produto hidropônico, principalmente a alface.

Figura 3: Horta hidropônica em São Francisco do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

A horticultura possui um papel importante para a atividade agrícola familiar, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade. A figura 3 mostra imagens da horta hidropônica da senhora Andréia. Em entrevista, ela relatou que sempre busca novos conhecimentos na área de horticultura, faz cursos e participa de eventos para tal finalidade. Seus produtos são distribuídos em praticamente toda a cidade de São Francisco e duas vezes por semana a família comercializa na feira.

2.3.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O AGRICULTOR FAMILIAR

A Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER-RO foi criada pela Lei Complementar 3.138, de julho

[4] O sistema hidropônico consiste no cultivo de plantas em meio a uma solução nutritiva, ou seja, sem contato com o solo. Disponível: http://www.esalq.usp.br

de 2013, como empresa de prestação de serviços públicos com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura (Relatório EMATER- RO, 2016)

No Vale do Guaporé, a agricultura familiar destaca-se na produção de urucum, inhame, maracujá, café e pecuária bovina (Emater, 2017). Além da assistência técnica na propriedade, a EMATER realiza dias de campo, palestras, oficinas, entre outras ações que têm como finalidade auxiliar, por meio da técnica, o pequeno produtor rural. Nas entrevistas realizadas neste estudo, os agricultores afirmaram receber visita técnica da EMATER pelo menos uma vez ao ano.

No ano de 2016, de acordo com informações do relatório de atividades da EMATER, foram atendidas mais de 2.500 famílias no Vale do Guaporé, entre visitas e projetos de PRONAF; o órgão realiza um trabalho imprescindível para o desenvolvimento da AF no estado.

2.3.3 PROGRAMA NA ESFERA ESTADUAL: *MAIS PRODUÇÃO*

Em 2016, o Governo Estadual de Rondônia instituiu o Programa *Mais Produção* destinado a incentivar a recuperação de áreas degradadas em propriedades de agricultura familiar. Em seu contexto, a lei n. 3969, de 27/12/2016, estabelece os objetivos e requisitos para agricultor aderir ao programa.

Segundo informações da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia (SEAGRI), o Programa Mais Produção visa fortalecer principalmente a atividade cafeeira nas propriedades de agricultura familiar e tem por finalidade o aumento produtivo por meio da correção do solo.

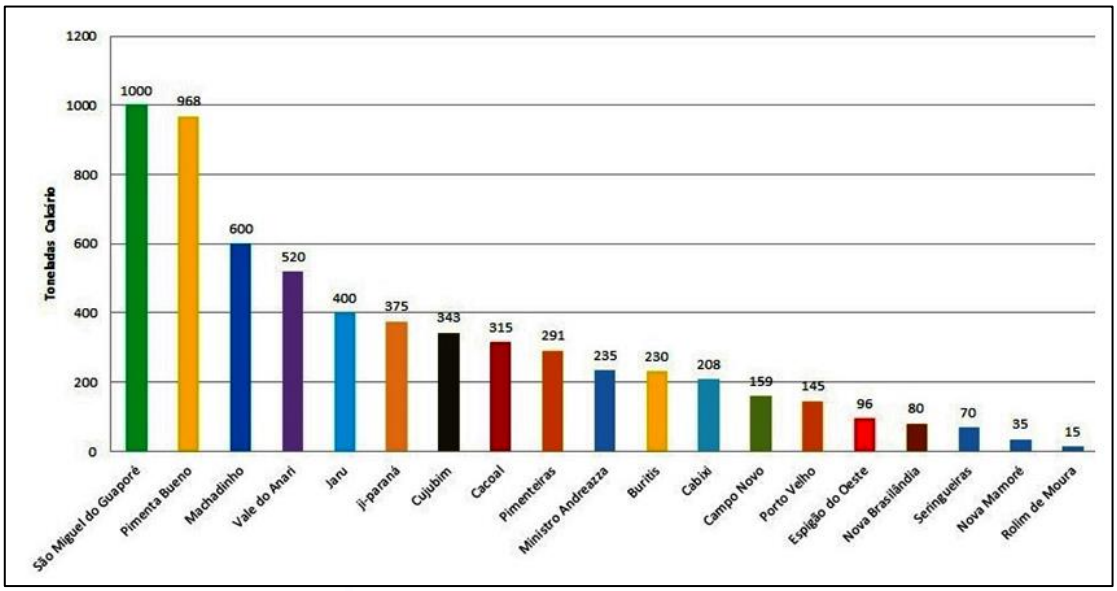
Quadro 3 - Objetivos e critérios do programa MAIS PRODUÇÃO- 2016

OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE ADESÃO PARA O AGRICULTOR
Incentivar a recuperação de áreas degradadas em propriedades de agricultura familiar no Estado, no intuito de fomentar o desenvolvimento da agricultura e pecuária com utilização de calcário. Promover a aquisição e realizar o transporte rodoviário do calcário gratuitamente aos produtores de agricultura familiar.	Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, assentado, arrendatário, parceiro ou meeiro; Explore atividades como chacareiro, pecuária leiteira, piscicultura, cafeicultura, hortifrutigranjeiros, florestas plantadas ou outra atividade relacionada à agropecuária; Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; Utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; Tenha renda familiar originada principalmente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento comprovada mediante a apresentação da nota do produtor; Possua a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP; Apresente análise de solo da área, não superior a um ano.

Fonte: Lei n. 3969 de 27/12/2016.
Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L3969.pdf
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

Atendidos aos critérios desse programa, cada município de Rondônia receberá em torno de mil toneladas de calcário para sua propriedade. De acordo com a SEAGRI, serão atendidos aproximadamente 400 produtores rurais, recuperando um hectare de cada propriedade. O programa visa atender mais de 20 mil produtores rurais da agricultura familiar, recuperando 20.800 hectares em todo o estado. (SEAGRI). O Quadro 3 apresenta os objetivos e critérios do programa mais produção.

Gráfico 1: Distribuição de Calcário do Programa mais Produção- 2017



Fonte: SEAGRI – RO, 2017. http://www.rondonia.ro.gov.br

A estatística da distribuição de Calcário pode ser observada no gráfico 1. São Miguel do Guaporé foi o município mais beneficiado com o programa, as informações são da Secretaria Estadual de Agricultura. Em São Miguel foram entregues 1.000 toneladas em 2017, o que corresponde a aproximadamente 150 produtores contemplados, com uma área de 11 mil hectares destinada à cultura do café no município (EMATER, 2016).

2.3.4 PROGRAMAS NAS ESFERAS MUNICPAIS

O Vale do Guaporé possui na agropecuária um incentivo à ocupação do lugar. Em meados da década de 1980 o município de São Miguel do Guaporé passou a atrair muitos migrantes que se deslocavam do eixo Rolim de Moura-Novo Horizonte do Oeste em busca de novas oportunidades. Segundo Santos (2007), o município de São Miguel do Guaporé foi e é estratégico tanto por sua ligação com os centros urbanos da BR-364 quanto por seu entroncamento que o liga até Rolim de Moura (outro importante centro urbano, fora do eixo da BR-364).

A partir da década 1990, foi possível perceber as consequências da antropização no Vale do Guaporé, como afirma Santos (2007) ao dizer que o processo de desmatamento e queimadas começou a fazer parte da paisagem, mesmo a área sendo designada no Planafloro como de extrativismo e

preservação. Para o autor, os migrantes que foram assentados pelo INCRA no Vale do Guaporé insistiram em praticar a agricultura extensiva, fato que contribuiu de forma significativa para que a região fosse desmatada, mormente, ao longo da rodovia BR-429.

Desde a ocupação do Vale do Guaporé, os principais elementos que compõem a economia regional são baseados na pecuária bovina e na produção cafeeira. Santos (2007, p. 155), ao analisar a região, ressalta que: “as culturas regionais como cupuaçu e pupunha não despertavam o interesse dos agricultores. Na verdade o peso da origem dos migrantes instalados na região, em sua maioria sulistas e nordestinos que explica esse desinteresse pelos produtos locais”.

Dada a importância que a pequena agricultura possui desde o processo de colonização, faz-se necessário enfatizar o que, de fato, vem se consolidando quanto ao seu fortalecimento. Para tanto; os principais programas municipais voltados para esse fortalecimento foram ressaltados neste trabalho com o intuito de compreender a dimensão em que a Agricultura familiar é tratada pelas diferentes esferas de poder.

2.3.4.1 Programa A Hora do Produtor

Em 2013 foi instituído o programa municipal “A Hora do Produtor” em São Francisco do Guaporé, voltado para a agricultura familiar que tem por objetivo auxiliar na execução de obras de infraestrutura nas propriedades rurais familiares. O programa *A hora do produtor* atende aproximadamente 200 agricultores familiares (SEMAGRI); em 2016, o programa foi mais procurado pelos produtores de café, inhame e urucum, principalmente na utilização de hora/máquina. Os critérios e objetivos do programa estão apresentados no quadro 4.

Quadro 4: Objetivos e critérios do programa *A hora do produtor*

OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE ADESÃO PARA O AGRICULTOR
Execução de serviços de abertura, conservação e recuperação de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais; Transporte de terra (cascalho); Construção e reforma de silos, trincheiras, aterro de curais, tanques de peixes, açudes para captação de água, mecanização de terra, e demais serviços na propriedade rural; Prestação de serviços com implementos agrícolas para apoio à agricultura familiar; Transporte de calcário para as pequenas propriedades rurais.	Ser inscrito e encontrar-se com sua inscrição ativa, como produtor rural ou perante a fazenda estadual ou Órgão equivalente; Ter como atividade principal à atividade rural; Estar em dia com todos os Impostos e Taxas Municipais.

Fonte: Lei n. 1.036/2013 – câmara municipal de São Francisco do Guaporé /RO
Disponível em: http://saofrancisco.ro.gov.br/LEIS/2013/1122-lei-nd1036-de-2013/file
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

O programa promove ações dentro da propriedade familiar que visa à recuperação de estradas e transporte de cascalho e calcário para as atividades agrícolas. De acordo com informações disponibilizadas na SEMAGRI de São Francisco do Guaporé, o programa, desde que entrou em vigor, tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar que possui na produção de inhame e na pecuária de corte e leite os pilares de sua economia.

2.3.4.2 Programa Dose Certa

Criado em 2015 pela Lei n. 977, o programa “DOSE CERTA” (Projeto de Vacinação da Brucelose Bovina), coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SEMAGRI), é voltado para os pequenos produtores rurais do município de Seringueiras. O programa visa atender até 500 (quinhentas) propriedades rurais com ficha cadastral na IDARON que possuírem rebanho inferior a 50 (cinquenta) animais, no total.

Quadro 5: Objetivos e critérios do programa Dose Certa

OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE ADESÃO PARA O AGRICULTOR
Realizar a vacinação contra a brucelose em pequenas propriedades rurais proporcionando uma melhoria na qualidade do manejo sanitário dos animais. Evitar prejuízos econômicos e contaminação dos aplicadores por falta de técnicas de aplicação, diminuindo assim, a incidência da doença nas pequenas propriedades, entre outros.	Apresentar documento de comprovação da Propriedade Rural e ficha do IDARON atualizada.

Fonte: Lei n. 977 – câmara municipal de Seringueiras/RO
Disponível em: http://transparencia.camaradeseringueiras.ro.gov.br
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

A SEMAGRI de Seringueiras ressaltou que o programa surgiu como uma preocupação em relação a possíveis doenças na pecuária bovina, sobretudo, a leiteira que é considerada, junto com o inhame, o destaque na economia do município. Esse programa, como pode ser observado no quadro 5, incentiva os produtores a cuidarem da qualidade do rebanho bovino por meio da vacinação correta e melhorias no manejo dos animais.

2.3.4.3 Programa Mais Café

O Programa Mais Café, criado pela lei n. 976/2015, é um projeto elaborado pela SEMAGRI e tem por objetivo a doação de mudas de café para os produtores familiares de Seringueiras. De acordo com informações da Secretaria de Agricultura, o programa foi criado em prol do aumento produtivo do café, que, entre outras dificuldades na cadeia produtiva, sofre com perdas consideráveis na produção.

Os objetivos do programa, apresentados no quadro 6, são voltados para capacitação dos produtores em relação à correção e adubação de solo, além de proporcionar uma qualificação sobre tratos culturais e praticas conservacionistas do solo. Para realizar os objetivos apresentados, a secretaria de agricultura, juntamente com a Emater, propõe-se a realizar cursos específicos sobre problemas fitossanitários relacionados ao café para os produtores familiares.

Quadro 6: Objetivos e critérios do programa *Mais Café*

OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE ADESÃO PARA O AGRICULTOR
Aumentar a produtividade das propriedades cafeeiras com manejo adequado. Inserção de tecnologia nas lavouras, bem como, a inserção da mão-de-obra de jovens e mulheres, qualificando-os para o sucesso da produção.	A participação no programa é em caráter voluntário.

Fonte: Lei n. 976/2015 – câmara municipal de Seringueiras/RO
Disponível em: http://transparencia.camaradeseringueiras.ro.gov.br
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

O café ressurge, no Vale do Guaporé, como uma oportunidade para os agricultores familiares. Segundo informações da SEMAGRI de Seringueiras, a preocupação em orientar e preparar o produtor dá-se para que ele tenha sucesso na produção, além de promover palestras e cursos para os agricultores.

2.3.4.4 Programa Porteira Adentro

O Programa Porteira Adentro, implantado nos municípios de Seringueiras e São Miguel do Guaporé, tem como objetivo auxiliar na execução de obras de infraestrutura, preferencialmente nas pequenas propriedades rurais localizadas nos municípios. Em São Miguel do Guaporé, o programa foi elaborado em 2013, mesmo ano em que foi implantado em Seringueiras. Os municípios em questão são os mais expressivos no quantitativo populacional rural, uma vez que são a maioria, por isso foi possível notar números maiores de programas que visam incentivar a agricultura familiar, se comparado aos demais municípios da região.

O quadro 7 apresenta os objetivos do programa *Porteira Adentro*, cuja principal atividade desenvolvida no programa é o transporte de calcário e o uso de equipamentos agrícolas que proporcionam um melhor desenvolvimento das

atividades agropecuárias. Muitos produtores fazem parte desse programa, que proporciona diversos serviços dentro da propriedade.

Quadro 7: objetivos e critérios de adesão ao programa Porteira Adentro

OBJETIVOS	CRITÉRIOS DE ADESÃO PARA O AGRICULTOR
Execução de serviços de abertura, conservação e recuperação de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais; Transporte de terra (cascalho); Construção e reforma de silos, trincheiras, aterro de curais, tanques de peixes, açudes para captação de água, mecanização de terra, e demais serviços na propriedade rural; Prestação de serviços com implementos agrícolas para apoio à agricultura familiar; Transporte de calcário para as pequenas propriedades rurais.	Ser inscrito e encontrar-se com sua inscrição ativa, como produtor rural ou perante a fazenda estadual ou Órgão equivalente; Ter como atividade principal à atividade rural; Estar em dia com todos os Impostos e Taxas Municipais.

Fonte: prefeituras municipais de São Miguel do Guaporé e Seringueiras.
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

Os programas, na esfera municipal, são importantes para o produtor familiar. Segundo informações da SEMAGRI, os produtores buscam a secretaria e a partir das necessidades dos próprios agricultores, alguns programas são criados, como é o caso do Programa Dose Certa, em Seringueiras, elaborado com a finalidade de proporcionar qualidade no manejo veterinário.

No Vale do Guaporé podemos perceber que existem diversos programas para as atividades produtivas destinados ao pequeno agricultor, esses programas fornecem recursos e auxílios ocasionando uma expansão e aprimoramento na produção. A Emater atua promovendo a assistência técnica, o que, em muitos casos, é essencial nas atividades agropecuárias. Em entrevista com os agricultores familiares, foi possível perceber o quanto o órgão se faz presente. No que tange aos programas federais, o crédito disponibilizado ao produtor proporciona melhorias e expansão nas atividades.

CAPÍTULO 3

VALE DO GUAPORÉ: ASPECTOS DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O presente capítulo propõe evidenciar aspectos que qualificam o Vale do Guaporé como uma fronteira agrícola, ressaltando, assim, alguns elementos produtivos e sociais da agricultura familiar. Inicialmente, houve a contextualização da região e sua formação socioespacial, posteriormente as informações e dados estatísticos sobre o contexto produtivo, bem como a pesquisa de campo realizada com alguns produtores da região.

3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO VALE DO GUAPORÉ

No intuito de proporcionar um melhor entendimento do que seja o espaço, Santos (2002, p. 153) o define como: “Resultado da ação e objeto articulados, potência e ato dialeticamente integrados num sistema, resultando num conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente”. Para o autor, o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Partindo desse pressuposto, o espaço produzido e transformado pelo homem torna-se um campo de forças em que o Estado e o capital impõe o ritmo, por isso, sua aceleração é desigual e, por vezes, conflituosa.

Ao tratar da importância de compreender o contexto histórico no qual um determinado espaço geográfico está inserido, Milton Santos (2012) faz algumas ressalvas ao afirmar que:

> O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas forma-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade atual. Por isso, o momento passado está morto com o *tempo,* não porém como *espaço;* o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável a realização social. (SANTOS, 2012 p.14)

Em sua formação histórico-espacial ocorreram vários conflitos no Vale do Guaporé, como aponta Cruz (2010, p. 914):

> A região do Vale do Guaporé foi ocupada em decorrência da expansão mineradora portuguesa e dos movimentos sertanistas e bandeirantes, a partir de meados do século XVIII. Por ser uma região estratégica, do ponto de vista geopolítico e econômico, a Coroa Portuguesa criou a Capitânia de Cuiabá e Mato Grosso, tendo como capital Vila Bela da Santíssima Trindade. No intuito de marcar o território, sucessivas fortificações foram arrasadas e reconstruídas durante o século XVIII. Até que, com o declínio da mineração e a Independência do Brasil, a região perdeu importância econômica, só recobrada no fim do século XIX, quando se encontrava no auge do ciclo da borracha.

Ao analisar a região em questão, Teixeira (1998) afirma que o comércio constituiu-se como principal fonte de abastecimento para o Vale do Guaporé no período colonial. Neste mesmo período, a região abrigou uma sociedade mercantilista e escravocrata, uma população com valores étnicos de miscigenação diversificada, sendo considerada uma das primeiras fronteiras definitivas do Brasil, onde, o rio Guaporé era o principal caminho de entradas de portugueses e bandeirantes.

Drenada pelo rio Guaporé e seus afluentes, a região em questão é formada por uma vasta planície com rica biodiversidade em terra e em água, somada às culturas indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pontos históricos. No que tange a formação do meio ambiente, Guerra (1953) ressalta que a mesma:

> Constitui uma vasta planície, que se estende desde as encostas do escarpamento da chapada dos Parecis até os primeiros contrafortes dos Andes, em áreas bolivianas. [...] o rio Guaporé descreve amplos meandros divagantes e a drenagem se faz com dificuldade, existindo grande número de lagos temporários, extensa mata inundada, ou melhor o igapó, aparece nas margens desse rio e nos baixos cursos dos seus afluentes. (Guerra, 1953, p. 202)

De acordo com Santos, essa região foi colonizada por migrantes de procedência sulista, em sua maioria, fato atestado pelos habitantes e também pelos templos luteranos existentes no eixo em questão. Além de sulistas, encontram-se mineiros e capixabas na direção do Vale do Guaporé. (SANTOS, 2007).

Figura 4: Vista aérea do rio Guaporé em Costa Marques.

Fonte: projeto Brasil das águas, 2007.

A figura 4 mostra uma foto do rio Guaporé, no ano de 2007, extraída do projeto Brasil das Águas. O rio percorre uma zona de transição entre o Pantanal Mato-grossense, o Cerrado e a Amazônia. Sua flora e fauna mostram espécies características desses três ecossistemas, seu significado em tupi-guarani é o rio ao lado da mata alagada. (BRASIL DAS ÁGUAS, 2008 p.12). A região apresentada neste trabalho possui entre outras características e semelhança, o rio Guaporé em sua composição natural.

A região do Vale do Guaporé, em sua delimitação geográfica é definida como um território de identidade rural[5]. Segundo Ferreira (2011, p. 143), “no início da colonização foram entregues terras a quem pudesse de fato desmatá-la; foi então que muitos colonos se deslocaram da rodovia principal (BR-364) direcionando pela estrada até os índios Eu Wau Wau atual BR-429”.

Ao tratar do processo de ocupação que ocorreu na região, Colferai (2010) afirma que os homens da floresta e os colonos se encontraram na mata, com

[5] Lugares que apresentam uma densidade demográfica menor do que 80 habitantes por Km² e uma população média por municípios de até 50.000 habitantes. O objetivo dessa construção é identificar os territórios a partir da composição de identidades regionais.
Fonte: http://www.mda.gov.br

dois complexos culturais a lhes acompanhar, e nem um nem outro, deixou de influenciar e ser influenciado, ou seja, um choque de culturas.

As cidades de Rondônia foram se consolidando ao longo do processo de ocupação. Costa Silva (2010, 2012), ao classificar as tipologias de cidades que surgiram no território rondoniense, afirma que, na atualidade, sobretudo, após a década de 1990, a frente rural se expandiu, e foi possível perceber um *Adensamento Interiorano* em algumas regiões do estado. Ao caracterizar tal adensamento, o autor afirma que a população:

> Partindo da Região Central avança para o Vale do Guaporé e para o Norte rondoniense, áreas que estão localizadas as principais Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nessa "marcha" evolui a pecuária, o desmatamento e os conflitos rurais. A população do campo é majoritária, composta por famílias de camponeses que se dedicam a policultura, a pecuária de corte e, principalmente, a pecuária leiteira. Do ponto de vista econômico o PIB municipal desse conjunto é baseado no setor agropecuário, que aquece a pequena economia urbana. (SILVA, 2012, p. 20)

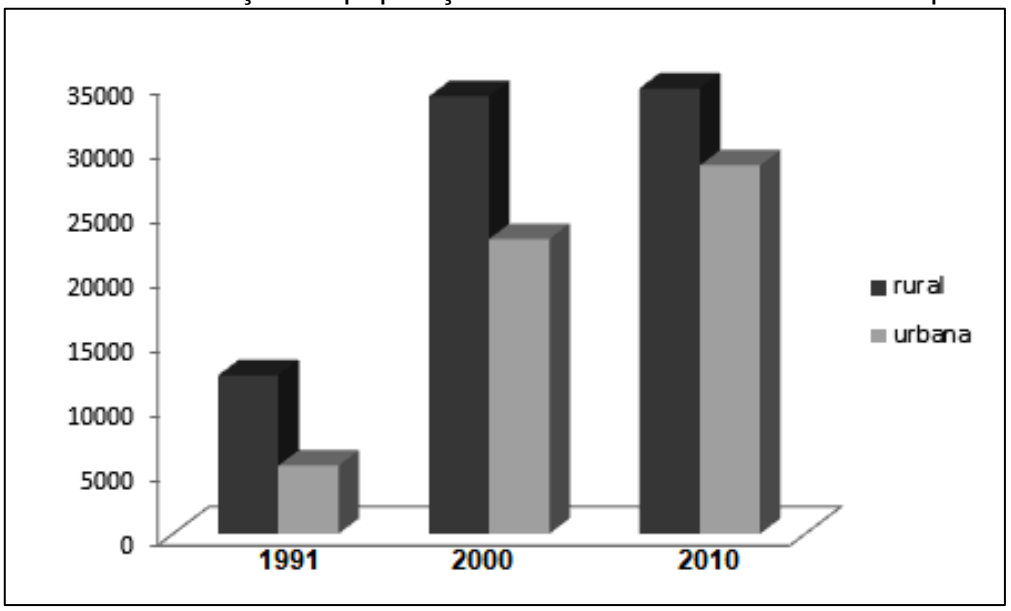
A tabela 2 apresenta a evolução populacional no Vale do Guaporé de 1991 a 2010. Nos períodos de 2000 a 2010, nota-se o aumento da população total que passou de 56.822, em 2000, para 63.170, em 2010, uma variação de 11,2%. Costa Marques e São Francisco do Guaporé obtiveram um leve aumento populacional, enquanto Seringueiras e São Miguel do Guaporé, nos últimos dez anos, tiveram uma diminuição no quantitativo populacional.

Tabela 2: Evolução da população do Vale do Guaporé

Municípios	1991	2000	2010
Costa Marques	6.061	10.208	13.678
São Francisco do Guaporé	-	11.085	16.035
São Miguel do Guaporé	11.537	23.874	21.828
Seringueiras	-	11.655	11.629
Total	17.598	56.822	63.170

Fonte: Censo demográfico IBGE
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

Gráfico 2: Evolução da população rural e urbana do Vale do Guaporé



Fonte: Censo demográfico IBGE
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

Na grande maioria dos municípios do interior do Brasil, a estrutura produtiva ainda está bastante assentada na agropecuária (HESPANHOL, 2007). Partindo das reflexões de Hespanhol, nota-se, de fato, que nos interiores há ainda uma presença da produção agropecuária enquanto base econômica do lugar. Em Rondônia, essa presença é muita expressiva, em algumas regiões, como no Vale do Guaporé, a população é, em sua maioria, residente em área rural.

Em 1991, no censo demográfico, os municípios de Seringueiras e São Francisco do Guaporé ainda não eram emancipados, portanto, apenas São Miguel do Guaporé e Costa Marques fizeram parte do censo naquele ano. Como podemos observar no gráfico 2 ─ a evolução da população residente em área rural e urbana na região do Vale do Guaporé ─ em 1991, a população rural representava 70%, o que Santos (2007) afirma ser uma tendência na região, ou seja, as ruralidades se sobressaem no espaço. No ano de 2000, a população rural caiu para 60%, chegando a 55% em 2010.

3.1.1 Costa Marques

A região limitada pelo município de Costa Marques começou a ser ocupada a partir do fim do século XVII, intensificando-se no século XVIII.

Inicialmente, estabeleceram-se os espanhóis fundando as missões de São Simão, na foz do rio Corumbiara, e de São Miguel. A denominação de Costa Marques foi dada pelo Governador do estado de Mato Grosso em homenagem ao homem público Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques (Fonte: Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: www.cnm.org.br).

Em seu contexto histórico, o município de Costa Marques possui o monumento mais antigo do estado: o Real Forte Príncipe da Beira, construído a partir da demarcação territorial portuguesa na Amazônia. Segundo Barroso (2015), os portugueses não mediram esforços em demarcar a região e levar a presença da coroa portuguesa para a fronteira.

De acordo com informações no portal do Governo de Rondônia, o município de Costa Marques possui outros atrativos: além da fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira, há, no município, praias de água doce e muitos turistas participam do campeonato anual de pesca esportiva (CAMPESCOM) que integra o calendário de eventos estadual (Fonte: http://www.rondonia.ro.gov.br).

Com uma população de 10.775 habitantes, dos quais 54,6% residem na área urbana e 45,4% em área rural (IBGE), o município tem uma extensão territorial de 4.987,177 Km² e, desde o ano 2000 passa por um processo de expansão na pecuária. Segundo Batista, Muratori e Penha (2016), tal fato contribuiu para o desmatamento do local, mudando consideravelmente a paisagem.

Figura 5: Foto do Real Forte príncipe da Beira em Costa Marques

Fonte: Prefeitura Municipal de Costa Marques. Disponível em: http://www.costamarques.ro.gov.br Acesso: 21/5/2017.

A figura 5 mostra a vista aérea do Real Forte Príncipe da Beira, tombado como Patrimônio Histórico Nacional desde 1950; a fortaleza é um importante monumento que atrai turistas, educadores e historiadores para o local, além de ser uma obra imponente do período da ocupação europeia.

3.1.2 Seringueiras

O município surgiu do NUAR (Núcleo de Apoio Rural) do projeto de assentamento Bom Princípio, integrante do Projeto de Colonização do mesmo nome. Sua denominação foi uma alusão à bacia do rio São Miguel, grande produtora de borracha, a árvore Hévea Brasiliense (seringueira). Segundo Santos (2007), em meados da década de 1990, Seringueiras atraiu muitos migrantes da região central do estado; muitos de origem sulista e nordestina foram atraídos pelo processo de concentração fundiária que ali ocorria. O loteamento feito pelo INCRA às margens da BR-429, que cortou o município consolidou-se, porém houve disputas entre INCRA, FUNAI e PLANAFLORO.

Com uma população de pouco mais de 11 mil habitantes, dos quais 62% residem em área rural (IBGE, 2010), o município é o menor do Vale do Guaporé em extensão territorial, compreendendo, assim, 3.773,505 Km². Segundo Santos (2007, p. 154), “desde o inicio de sua ocupação em 1983 a cidade de Seringueiras não passava de uma vila rural”. Com o passar do tempo, nota-se essa tendência na expressividade que o município possui, pois ainda é possível perceber essa estagnação.

O município possui uma Cooperativa de Produtores Rurais (COOPERVAGS), que foi implantada em 25 de agosto de 2010, e possui aproximadamente 400 cooperados, dos quais 200 são do município de Seringueiras, e o restante de outros municípios de Rondônia. Em entrevista, o senhor Sidinei, que é o atual presidente da cooperativa, relatou que os cooperados recebem três visitas técnicas por ano e a produção de urucum é o destaque na região.

A cooperativa comercializa as sementes do produto que geralmente é destinada para São Paulo. A figura 6 mostra um banner da Cooperativa e o depósito das sementes de urucum. De acordo com o presidente da

COOPERVAGS, a implantação desta foi um importante passo para a agricultura familiar do Guaporé.

Figura 6: Imagens da COOPERVAGS

Imagem A: Banner da Cooperativa
Imagem B: Depósito de Urucum na Cooperativa
Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

3.1.3 São Miguel do Guaporé

O município de São Miguel do Guaporé nasceu do desmembramento do município de Costa Marques e foi instituído por meio da Lei nº 206, no dia 06 de julho de 1988, firmada pelo Governador Jerônimo Garcia Santana. A ocupação do município ocorreu primeiramente com a distribuição de lotes feita pelo INCRA, fato que atraiu migrantes do próprio estado de Rondônia, sobretudo, de Rolim de Moura (SANTOS, 2007).

Com uma área de 7.460,219 Km², o município é o segundo maior em extensão territorial no Vale do Guaporé, a população, no ano 2010, era de 21.828 habitantes (IBGE), dos quais 61,2% residiam na zona rural. Na atualidade, o município é considerado o mais desenvolvido da região, em

função da instalação do frigorífico do grupo JBS no ano de 2012, bem como a expansão da soja que atraiu vários investimentos para o local.

Figura 7: Frigorífico do grupo JBS em São Miguel do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

Em 2012, foi instalado o frigorífico do grupo JBS em São Miguel com capacidade para o abatimento de 950 cabeça/dia. O frigorífico foi responsável por gerar empregos no município; no ano de 2017, o quadro de funcionários era de 877. A figura 7 exibe a entrada do frigorífico JBS em São Miguel do Guaporé, responsável, em parte, pela compra da produção bovina do Vale do Guaporé.

3.1.4 São Francisco do Guaporé

O maior município do Vale do Guaporé, São Francisco, possui uma extensão territorial de 10.959,767 km². A população, em 2000, era de 11.085 habitantes e no ano de 2010 totalizou 16.035 habitantes. De acordo com o ultimo censo, a população se distribui em 51,3% residente na área urbana, e 48,7% residente na zona rural.

A geografia do município apresenta uma vegetação nativa composta por floresta ombrófila aberta e áreas das formações pioneiras de influência fluvial com relevo variando de Depressão do Guaporé com Residuais da Amazônia. Quanto ao uso das terras, os aspectos ambientais do ecossistema são constantemente modificados pelas atividades desenvolvidas pelo agronegócio, caracterizando a formação de agroecossistemas com predominância para pecuária leiteira e de corte (IDARON, 2008).

De acordo com Diagnóstico local da IDARON (2008 p. 3), este é um dos municípios rondonienses em franco desenvolvimento nos últimos anos, baseando sua economia na extração da madeira, na pecuária bovina de corte e na agricultura, atraindo migrantes do próprio Estado em busca de oportunidades.

.

3.2 - A PAVIMENTAÇÃO DA BR-429: A FRONTEIRA SE MODERNIZA

Pensar o meio ambiente em Rondônia e as transformações que ele sofreu ao longo de décadas de exploração econômica requer analisar os fatores que evidenciam tais transformações. No Vale do Guaporé, é possível notar algumas mudanças promovidas na paisagem, entre outros motivos, são consequência da modernização no campo e aumento populacional.

Os espaços aparecem cada vez mais diferenciados por sua carga de capital como nos afirma Santos (2011, p. 139): “Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. O capital se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado”. Milton Santos (2006), ao tratar da modernização que o campo brasileiro vivencia, nos diz que este é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível. Para o autor, o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global e a partir da difusão dos transportes e das comunicações, foi possível a especialização produtiva.

No Vale do Guaporé, é possível notar uma modernização nos últimos anos, o que contribuiu muito para a expansão agropecuária da região. Uma dessas modernizações se deu na pavimentação da BR-429. A figura 8 apresenta um trecho pavimentado desta rodovia federal.

Figura 8: Trecho da BR-429 no município de Seringueiras

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

Em seu contexto histórico, a pavimentação da rodovia BR-429 é assunto desde a década de 1980, quando a região passou a ser colonizada e houve, entre outras necessidades, a de escoar a produção. Em 1986, o então governador de Rondônia Ângelo Angelim enviou à Assembleia Legislativa uma mensagem ressaltando a necessidade de pavimentar a BR-429, como pode ser observado no paragrafo da Lei n. 253/86:

> Atualmente, a prioridade governamental se dirige para área do Vale do Guaporé [...] Rodovia BR-429, conectando Costa Marques a Presidente Médici, na Rodovia BR-364.
>
> A Rodovia BR-429, numa extensão de 360 Km, foi implantada inicialmente como Rodovia Vicinal Classe D, similar aquelas na área do POLONOROESTE.
>
> Dada a sua importância estratégica como eixo de integração e principal indutor do desenvolvimento da região do Guaporé, urge nos dias atuais a sua pavimentação, garantindo, assim, de forma permanente, a conclusão daquela área ao processo Econômico do Estado.
>
> Assim, além da integração modal entre a Rodovia BR-364 e a navegação fluvial do rio Guaporé/Mamoré, o impulso ao turismo, a

> intensificação do comércio com a Bolívia e o atendimento ao Projeto Bom Princípio, a pavimentação da Rodovia BR-429, permitirá o escoamento da produção do município de Presidente Médici e o município de Alvorada D'Oeste, bem como do pescado proveniente de Costa Marques.
>
> (Fonte: Mensagem n. 118 de 3 de junho de 1986. Paragrafo Lei n. 253/86. http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L128-PL.pdf)

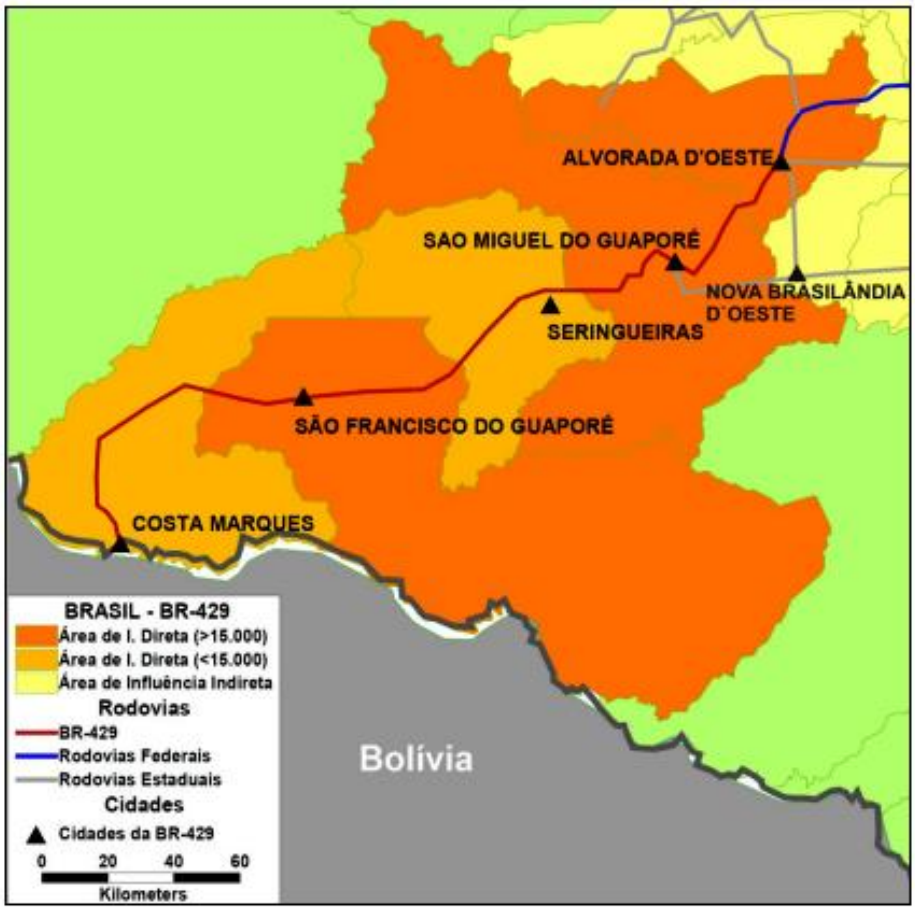
A pavimentação da rodovia federal faz parte das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e o projeto saiu de fato do papel em 2009, quando o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) começou as obras. De acordo com informações disponibilizadas no site do PAC, o investimento da pavimentação ficou em torno de R$ 400 milhões.

Aberta na década de 1980, a BR-429 nasceu como elo entre os municípios de Presidente Médici, Alvorada do Oeste e Costa Marques. Na época, ainda não tinham sido criados São Miguel do Guaporé, Seringueiras e São Francisco do Guaporé.

A região cortada pela BR-429, que abrange os municípios de Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, teve sua ocupação iniciada na segunda metade da década de 1980, a partir dos impulsos advindos dos desdobramentos do Projeto Integrado de Colonização - PIC Gy Paraná.

O mapa da figura 9 apresenta as áreas de influência da BR-429, os municípios com mais de 15 mil habitantes; São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Alvorada do Oeste e os municípios com número de habitantes inferior a 15 mil, no caso; Seringueiras e Costa Marques.

Figura 9: Mapa de influência da BR-42



Fonte: Lucas Júnior, 2011.

De acordo com o relatório desenvolvido em 1987 sobre o potencial arqueológico da BR-429, a região de abrangência desta rodovia constituía uma incógnita cultural com manifestações significativas. Ao longo do percurso da BR-429, foram evidenciados 12 sítios arqueológicos, onde, segundo levantamentos, foi possível perceber a presença cultural material em cerâmica de dois grupos de tradições indígenas: Tupi e Txopucura (Relatório arqueológico da BR-429, 1987, p. 9).

Na figura 10, é possível observar o início das obras de pavimentação da rodovia BR-429, que começaram em 2009 com conclusão prevista para 2012, porém, ainda existem alguns trechos não pavimentados, devido à descoberta de sítios arqueológicos na região.

Figura 10: pavimentação da BR-429 no Vale do Guaporé

Fonte: http://hojerondonia.com Acesso: 4/12/2017

Os trechos da rodovia que ainda não foram pavimentados causam uma grande preocupação para a população local, sobretudo, na época chuvosa, quando a estrada dificulta o fluxo na região. As imagens da figura 11 apresentam algumas localizações da BR-429 não pavimentadas em três municípios do Vale do Guaporé.

Figura 11: Trechos da rodovia 429 sem asfalto

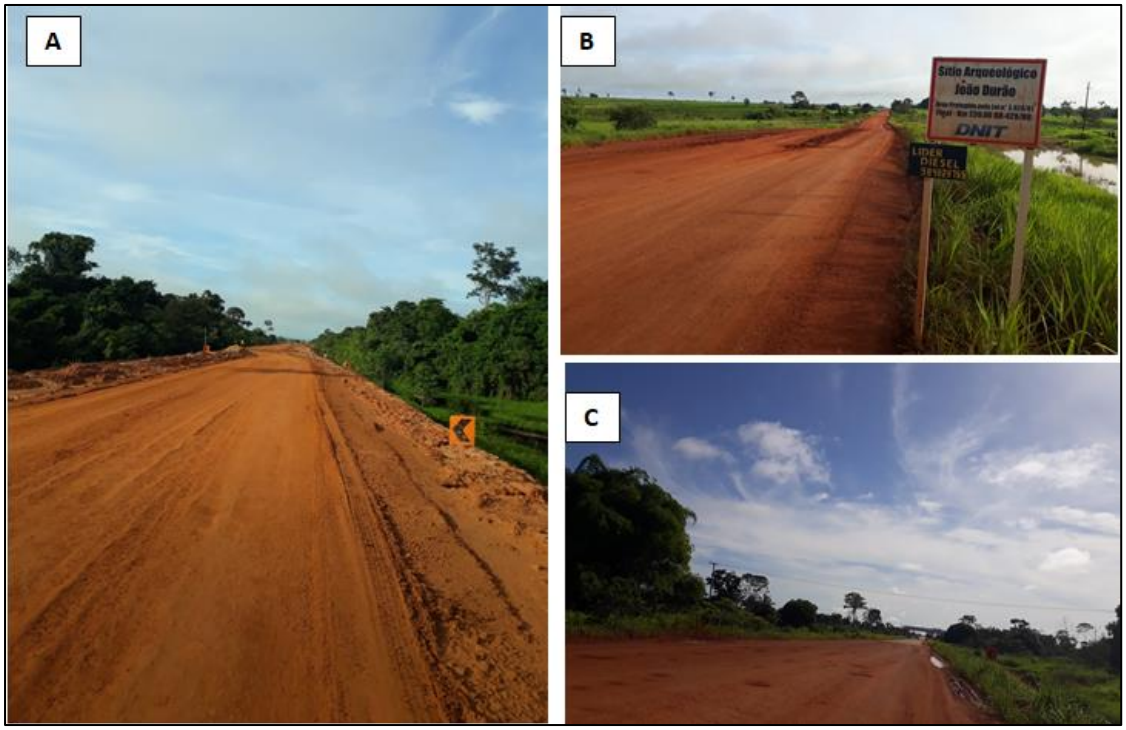


Imagem A: Trecho em Seringueiras próximo a um cemitério indígena do povo Puruborá
Imagem B: Trecho em São Francisco do Guaporé em sítio arqueológico
Imagem C: Trecho em São Miguel do Guaporé.
Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

São Francisco do Guaporé é o que mais possui sítios arqueológicos e, portanto, mais quilômetros sem asfalto na rodovia. Ressaltando a perspectiva quanto à pavimentação da BR-429, Lucas Junior (2011) afirma que:

> Sem o devido ordenamento territorial, haverá uma piora ainda mais acentuada nas principais deficiências da região. O alto índice de crescimento populacional, que mesmo sem a pavimentação já aumenta a cada ano a densidade populacional da região, com a pavimentação será ainda mais intensificada. A facilidade na mobilidade, propiciada pela pavimentação da BR-429, tornará ainda mais fácil a migração para a região, causando uma pressão ainda mais acentuada no já deficitário sistema viário.

A pavimentação da BR-429, na concepção do autor, poderia provocar um aumento populacional, uma vez que a estrada estaria com condições propícias para tal acontecimento. E, de fato, é possível perceber uma circulação de pessoas e mercadorias na região após a pavimentação da rodovia.

3.3 ESPACIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

Optou-se por evidenciar algumas culturas agrícolas, bem como a produção pecuária que se sobressaem na produção familiar do Vale do Guaporé. No intuito de apresentar um panorama da agricultura familiar, foram elaboradas tabelas com os municípios que compõem a região em questão e suas respectivas produções. De acordo com informações da SEAGRI (Secretaria Estadual de Agricultura), com mais de 15 mil hectares de lavouras cultivadas ao longo da BR-429, a região do Vale do Guaporé vem se transformando em nova fronteira agrícola em Rondônia.

3.3.1 A Produção de Urucum

A cultura do urucum, segundo informações da Emater (2015), representa uma importante alternativa agrícola, com boas perspectivas de mercado nacional e internacional. As sementes (corantes naturais) são muito utilizadas como substituto de corantes artificiais nas indústrias de panificação, bebidas, massas, na fabricação de tintas, dentre outros. A necessidade de se produzir urucum vem ganhando destaque e, com isso, a demanda por produtos no mercado também cresce, e os produtores de Rondônia têm buscado na cultura a alternativa para seu crescimento econômico. (Relatório Emater, 2015)

Rondônia é o terceiro maior produtor de urucum do Brasil, segundo dados do IBGE, com uma produção de 2.172 toneladas, perdendo para os estados de São Paulo e Bahia, respectivamente, o primeiro e segundo maior produtor nacional. De acordo com informações da Emater, a cultura representa uma fonte de renda na agricultura familiar da região em questão, com ótima adaptabilidade às condições naturais do lugar, onde cada vez mais a cultura do urucum ganha espaço.

Tabela 3: Produção de Urucum no Vale do Guaporé sementes (T)

MUNICÍPIOS	2000	2010	2016
Costa Marques	8	39	290
São Francisco do Guaporé	-	49	93
Seringueiras	-	15	206
São Miguel do Guaporé	-	-	-
Total no Vale do Guaporé	8	103	589
Total Rondônia	302	2.342	2.172

Fonte: IBGE - Pesquisa Agrícola Municipal/2016
Elaboração: MACHADO, D. T. 2017.

A partir das informações contidas na tabela 3, é possível notar a evolução da produção de Urucum no Vale do Guaporé, enquanto a produção estadual teve uma leve diminuição, a região teve um aumento significativo no período de 2000 a 2016, período esse em que a pavimentação da BR-429 se consolidou.

Em 2016, o Vale do Guaporé foi responsável por 27% da semente de urucum produzida no estado, com destaque para os municípios de Costa Marques e Seringueiras. Algumas notícias publicadas na imprensa de circulação estadual enfatizam a produção regional, como mostra a figura 12, na qual, de acordo com a Emater local, a tendência é a expansão do cultivo agrícola. A produção de urucum expandiu-se no interior de Rondônia; entre outros motivos, pode-se destacar a perspectiva de mercado como principal atrativo para o agricultor familiar investir nessa cultura.

A indústria de processamento de Urucum de Rondônia, localizada em Cabixi, em parceria com a EMATER, disponibilizou para o Vale do Guaporé 120 quilos de sementes selecionadas que foram doadas para os produtores da região, viabilizando, assim, o aumento da produção local. Essa indústria de processamento de urucum é responsável pela compra do produto em diversas regiões de Rondônia, mas há outras opções de comercialização: em Seringueiras, por exemplo, há a cooperativa de produtores rurais que adquire e comercializa urucum.

Figura 12: Notícia sobre a produção de Urucum no Vale do Guaporé

NOTÍCIAS

22/09/2016 10:56 São Francisco

Urucum ressurge como alternativa de renda para produtores rurais do Vale do Guaporé em Rondônia

Proposta da capacitação foi incentivar aumento de 700 para 1.400 toneladas de urucum na região

O cultivo de Urucum na região do Vale do Guaporé traz boas perspectivas para o aquecimento da economia local. Impulsionado pela demanda do mercado com a crescente introdução de novos produtos, é cada vez maior o número de produtores rurais que tem buscado assistência técnica para implantação da cultura em sua propriedade.

Fonte: http://www.jornalrondoniavip.com.br

Um dos produtores do Vale do Guaporé que é referência na produção de urucum é o senhor Gilmar Brunaldi, um dos entrevistados nesse estudo. A propriedade do senhor Gilmar, localizada no município de Costa Marques, possui uma área total de 9,6 hectares, dos quais seis hectares são ocupados com o plantio de urucum.

Em entrevista concedida, Gilmar explica que possui o crédito do PRONAF B [6] desde 2010; a renda familiar é baseada na produção de Urucum. Com os subsídios do programa foi possível implementar a tecnologia usada na produção. Atualmente, ele possui um trator para o processo produtivo e toda a sua família, composta por quatro integrantes, ajuda na produção de urucum.

A figura 13 expõe alguns aspectos da tecnologia que o senhor Gilmar possui em sua produção de urucum. Em entrevista, ele relatou que, após a

[6] O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R$ 20 mil. Fonte: MDA (http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf).

tecnologia ser empregada na produção, bem como o acompanhamento técnico da EMATER, foi possível notar uma melhoria em sua produção que, no ano de 2017, teve um rendimento médio de 3 toneladas por hectare. Ao ser questionado sobre os problemas enfrentados na cultura agrícola, ele afirma que “por ser um produto que não pode ter contato com a água, às vezes acontece de perder algumas cachopas (onde as sementes ficam armazenadas) quando chove muito” (Entrevista com Gilmar Brunaldi, pesquisa de campo, 2017).

Figura 13: Tecnologia empregada na produção de urucum em Costa Marques

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2017.

Figura 14: Aspectos da produção de urucum

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

No que tange as vantagens do cultivo de urucum, o produtor rural cita inúmeras, entre elas: a comercialização e o fato de ser uma cultura permanente, que só precisa ser podada para brotar novamente e produzir. Em 2017, na região do Vale do Guaporé, o urucum foi comercializado a R$ 7,10 (sete reais e dez centavos) o quilo. A figura 14 contém alguns aspectos da produção de Urucum na propriedade do senhor Gilmar. Nela, o sistema de colheita é feita de forma tradicional e as cachopas são colocadas ao sol para secagem.

A produção de urucum vem se expandindo no Vale do Guaporé com incentivo tanto do Estado como da empresa que compra as sementes do produto. Em entrevista com o presidente da COOPERVAGS, foi relatado que a cultura cresceu muito, sobretudo, no município de Seringueiras em decorrência de vários fatores, entre eles a adaptabilidade da planta à região, bem como a alta produtividade. Em 2018, pela grande quantidade produzida, houve uma queda no preço da semente de urucum chegando ao valor de R$ 2,00 (dois reais) o quilo, uma diferença enorme se comparada ao ano de 2017, o que representa uma queda de R$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos) .

3.3.2 A Produção cafeeira

Em Rondônia, os primeiros cultivos de café tiveram início no final da década de 1960 com sementes trazidas pelos migrantes de suas regiões de origem. Com o passar do tempo, essa atividade foi intensificada, principalmente, a partir de 1970, com a implantação dos projetos de colonização do então Território Federal de Rondônia. Diante desse panorama, percebe-se que o café contribuiu significativamente para a obtenção das propriedades rurais, visto que era uma forma de marcar a terra com o plantio, garantindo, desse modo, a posse da terra. (Relatório da Emater - RO/2015).

Inicialmente, foram utilizadas variedades de *Coffea arabica*, que apresentavam maturação em pleno período chuvoso e restrição quanto à baixa altitude da região. A partir da década de 1990 intensifica-se o cultivo da variedade *Coffea canephora* (grupo Robusta), destacando-se a Conilon, esta mais adaptada aos ecossistemas de Rondônia. Ao tratar da atividade cafeeira em Rondônia, Santos (2017) diz que:

> O café ganhou grande importância para o agricultor familiar, que além de uma relação cultural com essa atividade agrícola, identificou nela uma boa forma de desenvolver sua propriedade. [...] A relevância da cafeicultura para a economia agrícola de Rondônia é resultado de um processo de modernização da atividade, com a introdução de novas tecnologias ao meio produtivo, possibilitadas a partir de instituições públicas e privadas que desenvolvem novas técnicas, elevando a produtividade e qualidade do produto estadual (SANTOS, 2017, p. 80).

Em Rondônia, a maioria das lavouras é plantada em pequenas propriedades, com base na agricultura familiar, como apontam as informações da SEAGRI. Desde a colonização do Vale do Guaporé, ocorrida em meados da década de 1980, o café tornou-se um produto agrícola em destaque, atualmente o foco é a espécie clonal (Emater-RO, 2016).

Tabela 4: Produção de Café no Vale do Guaporé (T)

MUNICÍPIOS	2000	2010	2016
Costa Marques	593	239	13
São Miguel do Guaporé	17.706	14.385	10.161
São Francisco do Guaporé	1.692	228	326
Seringueiras	5.777	3.601	1.907
Total no Vale do Guaporé	25.768	18.453	12.407
Total Rondônia	255.701	141.160	90.331

Fonte: Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/2016
Elaboração: MACHADO, D. T. 2017.

A tabela 4 é composta dos dados sobre a quantidade de café produzida nos municípios do Vale do Guaporé no período de 2000 a 2016. No panorama geral, podemos perceber que a produção teve uma diminuição com o passar do tempo, mas, de acordo com a Emater, a tendência é aumentar a produção, após diversos incentivos de programas municipais e estadual na região.

No ano de 2016, os municípios do Vale do Guaporé produziram um total de 12.407 (t) de café, o que corresponde a 13,7% da quantidade produzida no estado. O destaque é São Miguel do Guaporé, o terceiro maior produtor de Rondônia com 10.161 (t), Alta Floresta e Cacoal são os primeiros colocados na produção cafeeira. De acordo com a secretaria de agricultura do estado de

Rondônia, o programa Mais Calcário visa fortalecer a atividade cafeeira nas propriedades de agricultura familiar, tal melhoria na produção tem por finalidade o aumento na produtividade por meio da correção do solo.

São Miguel do Guaporé foi o município que mais foi beneficiado com o programa Mais Calcário. As informações da secretaria estadual de agricultura apontam que foram distribuídas 1.000 toneladas, em 2017; a área destinada à cultura do café no município é de pouco mais de 11 mil hectares (EMATER, 2016).

Em janeiro de 2018, foi realizada uma entrevista com um produtor de café no município de São Miguel do Guaporé, o senhor José Carlos Moreno da Silva. Localizada na linha 94, distante aproximadamente 10 km da cidade de São Miguel do Guaporé, a propriedade possui 2,5 hectares, dos quais 2 são destinados à atividade cafeeira. Em entrevista, o senhor José explicou que há mais de 20 anos trabalha na atividade, que passou de geração em geração. No ano de 2005, ele conseguiu o crédito do PRONAF e, com a assistência técnica da EMATER, foi possível o aprimoramento na produção. Sua família, composta de cinco integrantes, participa do processo produtivo, principalmente na colheita. No que tange a renda principal da família, o senhor José Carlos afirma que o café é a principal fonte de rendimento. Um de seus filhos e a esposa trabalham no frigorífico do grupo JBS, em São Miguel, o que o ajuda compor a renda familiar.

A tecnologia usada na produção se dá na aquisição de mudas de café clonal, as quais o pequeno produtor relatou ter adquirido por meio de compra ─ cada muda custa R$1,00 (um real) ─ adubo, análise de solo, irrigação e calcário. Quando perguntado sobre as dificuldades na produção, o senhor José disse que “o café clonal não tem muitos problemas pra produzir, em dois anos a gente já faz a primeira colheita”.No ano de 2017, ele se cadastrou no programa Mais produção e conseguiu 5 toneladas de Calcário para sua propriedade, o que contribuiu muito, pois foi nesse ano que a área plantada foi aumentada, o senhor José plantou dois mil pés de café clonal, além do robusto que já possuía.

Figura 15: Plantação de café clonal em São Miguel do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

A figura 15 mostra aspectos da plantação de café do senhor José Carlos. O sistema de irrigação, considerado imprescindível para o sucesso da produção de café clonal, também foi implantado visando a melhoria na produtividade. Segundo o proprietário, a assistência técnica da EMATER o instruiu sobre a importância da irrigação. Ao todo, foram gastos R$ 4.000,00 (quatro mil reais) no sistema, que é ativado somente pela noite. “No inicio quando o café ainda não pegou, a gente molha cedo e de noite, mas quando o café já pegou, só de noite mesmo” (Entrevista com o senhor José Carlos, pesquisa de campo Janeiro de 2018).

Para o produtor, o crédito obtido no PRONAF proporcionou algumas melhorias no sistema produtivo, como a aquisição das mudas de café clonal, bem como a irrigação no cultivo. Em entrevista, ele expôs que o crédito rural é muito importante para a inovação na produção e que, desde 2005, participa do programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sempre com cultivos agrícolas.

3.3.3 A cultura agrícola do Maracujá

O cultivo de maracujá, segundo informações da Emater, começou a ser expressivo no Vale do Guaporé a partir de 2011. O produto passou a integrar a agricultura familiar após incentivo à produção, realizada por meio de políticas agrícolas que visavam à diversificação da agricultura na região. Coincidentemente, após a pavimentação da BR-429, iniciada em 2012.

Tabela 5: Quantidade de maracujá (T) no Vale do Guaporé

MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Costa Marques	-	13	-	-	27	18	19
São Miguel do Guaporé	-	25	28	-	207	300	855
São Francisco do Guaporé	-	26	28	-	56	-	13
Seringueiras	-	23	270	1.390	1.350	1.540	1.000
Total no Vale do Guaporé		87	326	1.390	1.640	1.858	1.887
Total Rondônia	2.169	2.032	3.718	5.852	6.367	8.769	9.435

Fonte: Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/2016
Elaboração: MACHADO, D. T. 2017.

A tabela 5 mostra a evolução da produção de Maracujá no Vale do Guaporé no período de 2010 a 2016. De acordo com informações da Emater, o maracujá teve uma ascensão na região com as propostas do PAA, pois o programa de Aquisição de Alimentos assegurava a compra do produto, mormente, para a merenda escolar; com essa garantia, muitos produtores investiram no cultivo.

Entre os municípios com destaque na produção de maracujá, São Miguel e Seringueiras somaram 1.885 t (toneladas) produzidas em 2016. Um dos incentivos à diversificação agrícola é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e

do Desenvolvimento Agrário, tal programa tem sido um mecanismo importante para a diversificação das culturas na agricultura familiar em Rondônia. As informações da Emater sobre a produção de maracujá mostram que, primeiramente, o fruto visa abastecer o mercado interno.

Foram feitas duas entrevistas com produtores de maracujá no município de Seringueiras, no dia 26 de setembro de 2018, ambos foram indicados pela Emater do município.

O primeiro entrevistado foi o senhor Higor Bugge, residente na linha 15, a cerca de 8 km da cidade de Seringueiras. A propriedade familiar é de 53 hectares, dos quais 1 hectare é destinado ao plantio de maracujá, e o restante para a pecuária bovina e café clonal. A família é composta por quatro integrantes que, desde o ano de 2013, investem no cultivo de maracujá.

Algumas das dificuldades na cultura relatadas pela família estão relacionada às pragas que atacam a plantação e ao preço do produto que é muito instável. Em 2017, por exemplo, uma caixa com 25 kg da fruta *in natura* foi comercializada por 8,00 (oito reais), Já em 2018, o valor do produto chegou à média de 25,00 (vinte e cinco reais) a caixa. A produção é destinada aos municípios de Porto Velho e Ji-Paraná.

O segundo entrevistado foi o senhor Girimar Bergamim, residente na linha 107, aproximadamente 22 km da cidade de Seringueiras. A propriedade familiar é de 31 hectares, dos quais 1 ha é destinado à cultura de maracujá e o restante é dividido entre a plantação de urucum, café clonal e pecuária bovina. O senhor Girimar foi um dos primeiros agricultores a investir na cultura do maracujá em Seringueiras. Desde o ano de 2010, ele, sua esposa e seus filhos produzem o fruto.

Figura 16: Plantação de maracujá em Seringueiras

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2018.

Em 2017, a família recebeu 15 toneladas de calcário do programa *Mais Produção* e possui o PRONAF desde o ano de 2010. A tecnologia empregada na produção se dá no sistema de irrigação tanto na plantação de maracujá como na de café. A figura 16 mostra a plantação de maracujá em Seringueiras, que, desde o ano de 2013, faz parte da cultura agrícola do município.

3.3.4 A produção de inhame

O inhame (Dioscorea spp.) é um produto agrícola de origem africana trazido para o Brasil no período da escravidão, pois era um tubérculo extremamente resistente aos longos meses de viagem até o país. Inicialmente plantado em solos do nordeste brasileiro, esse tubérculo se adaptou às condições naturais do local e, desde então, passou a fazer parte do hábito alimentar do nordestino, tornando-se um elemento cultural agrícola da região. Atualmente, a cadeia produtiva movimenta a economia de alguns estados, como é o caso de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, respectivamente, os principais produtores nacionais.

A produção do tubérculo, em Rondônia, decorre de um processo migratório que ocorreu no Vale do Guaporé em meados da década de 1980. Geralmente, é uma atividade secundária realizada com outras atividades agropecuárias. O aumento produtivo do inhame na região se deu pela demanda do produto, ou seja, o mercado consumidor garantido atraiu muitos

agricultores familiares para a atividade em questão. Inicialmente, a estrada que não era pavimentada constituia um desafio aos produtores, após sua construção, que se iniciou em 2012 e ainda está em fase de acabamento, foi possivel notar uma expansão do cultivo em toda a região. (MACHADO, 2014 p. 33).

Como é possivel observar na tabela 6, os municípios do Vale Guaporé foram responsáveis por 64,9% da produção estadual em 2017. Essa expressividade se explica pelo fato dos primeiros plantios de inhame terem ocorrido no municipio de São Francisco do Guaporé e, posteriormente, expandido-se para as demais localidades. Especificamente em São Francisco do Guaporé, o programa a Hora do Produtor, da SEMAGRI, oferece ao produtor um auxílio na atividade por meio da mecanização agrícola.

Tabela 6: Quantidade Produzida (T) de Inhame no Vale do Guaporé

MUNICÍPIOS	2012	2016	2017
Costa Marques	45	-	-
São Francisco do Guaporé	1.665	887	2.334
Seringueiras	243	2.100	2.500
São Miguel do Guaporé	-	1.149	2.970
Total da região	1.953	4.136	7.804
Total de Rondônia	3.726	7.403	12.026

Fonte: Emater/RO – 2017
Elaboração: MACHADO, D. T. 2018.

Essa atividade agrícola mostra-se promissora no Vale do Guaporé. Em 2010, a SEMAGRI promoveu a entrega de tratores e implementos às prefeituras e associações rurais para atender aos pequenos produtores. Por meio da atuação da Emater, algumas ações são desenvolvidas no tocante à atividade em questão, por exemplo: a entrega de mudas do tubérculo, assistência técnica e palestras e cursos sobre o produto.

O inhame produzido em Rondônia é, praticamente, todo comercializado para o Nordeste, ainda que seja um produto com ótimas propriedades nutritivas, há certa resistência na inclusão deste alimento na mesa da população rondoniense. Diante do exposto, pode-se considerar que, de fato,

essa atividade agrícola surgiu como uma alternativa econômica, mas não necessariamente faz parte da cultura local.

A figura 17 apresenta aspectos de uma plantação de inhame no município de São Francisco do Guaporé, no ano de 2016. Na atualidade, a produção atende à demanda nacional e com perspectivas no tocante a expansão do produto em território rondoniense.

Figura 17: Plantação de inhame em São Francisco do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2016.

Em 2015, houve uma tentativa de inserir o inhame no cardápio de algumas escolas do Vale do Guaporé, porém não foi bem aceito pelos alunos. Essa não aceitação do produto pelas crianças explica-se pelo fato de muitos não consumirem em casa, ou seja, não possuem o hábito de consumir inhame nas refeições. Considerado um alimento com excelentes propriedades nutritivas, o produto não foi bem aceito pela população rondoniense e seu destino é, com efeito, a exportação.

Figura 18: Noticia sobre a perspectiva de mercado para o inhame em Rondônia

EXPORTAÇÃO

Inhame de Rondônia desperta interesse de exportadora para comercialização na América do Norte

30 de março de 2017 | Governo do Estado de Rondônia

Considerada a maior produtora de inhame do Estado de Rondônia, a região do Vale do Guaporé conquista novos mercados para exportação da produção local. A visita realizada à região pela empresa exportadora Atlântica Comércio de Grãos, sediada no Estado do Espírito Santo, trouxe grandes perspectivas para o comércio direto com outros países e a certeza de que investir na cultura é um bom negócio para a economia local.

Produção de inhame no Vale do Guaporé foi visitada por representante da Atlântica Comércio de Grãos

A Atlântica Comércio de Grãos, representada por Frederico Camargo, é responsável pela exportação de produtos brasileiros para os Estados Unidos. Com a parceria viabilizada pela Empresa Estadual Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RO), a cultura do inhame será comercializada de forma direta pela empresa.

"Hoje, a produção de inhame do Vale do Guaporé vem sendo absorvida por municípios, como Ji-Paraná e Cacoal, e parte de sua comercialização é destinada ao Nordeste brasileiro, de lá, outra exportadora negocia o produto com países como Paquistão e Holanda. Com a exportadora Atlântica Comércio de Grãos, a compra será feita diretamente em nossa região", explicou Luciano Brandão, gerente da Emater-RO no Território do Vale do Guaporé.

Fonte: Emater - 2017. Disponível em: http://www.emater.ro.gov.br Acesso: 30/3/2017

A produção agrícola do inhame atraiu migrantes de outras regiões do estado e sua expansão tornou-se noticia de circulação no âmbito estadual e nacional. Como apresentado na figura 18, uma notícia publicada sobre a expansão produtiva do inhame, apontando a região do Vale do Guaporé como a mais expressiva do estado, destacando também a perspectiva de mercado da produção de inhame em Rondônia.

As culturas agrícolas apresentadas neste capitulo vêm se expandindo nos últimos anos no Vale do Guaporé e fazem parte da agricultura familiar. Segundo informações da Emater local, contribuem de forma significativa para a dinamização econômica da região.

CAPÍTULO 4

CONFLITOS NA FRONTEIRA DO GUAPORÉ: ÁREAS PROTEGIDAS VERSUS O AVANÇO DA AGROPECUÁRIA

O Vale do Guaporé é considerado um espaço geográfico com vasto aspecto natural, cujo rio principal ─ o Guaporé, que percorre a região ─ destaca-se por inúmeras atividades: pesca esportiva, ecoturismo, festivais de praia, dentre outras. No início da colonização, a partir de 1980, o cenário natural da região começou a mudar: às margens da rodovia federal 429, as florestas davam lugar às lavouras e, posteriormente, às pastagens.

A contribuição do pesquisador Carlos Santos (2007) é pertinente para compreender as transformações que o Vale do Guaporé sofreu ao longo da história. Segundo o autor, a mesma problemática que se deu no eixo da BR-364, no início da década de 1970, ocorreu no Vale do Guaporé, uma vez que o desmatamento e as queimadas não foram contidos ao longo da BR-429.

O avanço das atividades agropecuárias nas ultimas décadas tem provocado alguns conflitos nas áreas protegidas da região. Por esse motivo o presente capítulo visa apresentar essas áreas e os conflitos e pressões que estas têm sofrido, bem como ressaltar algumas atividades que promovem tais pressões, como a pecuária bovina e a produção da soja.

É importante destacar alguns pontos que se tornam relevantes para a compreensão dos dados aqui apresentados. Inicialmente, houve muita dificuldade em encontrar as informações para a consolidação deste capítulo, uma vez que nem em órgãos responsáveis houve a disponibilidade de dados oficiais, principalmente no que diz respeito às áreas indígenas.

O plano estratégico nacional de áreas protegidas, criado em 2006, considera que as áreas protegidas são constituídas: pelas Unidades de Conservação (UCs), pelos territórios de ocupação tradicional e pelos territórios de remanescentes de Quilombo. Buscou-se uma apresentação das áreas protegidas no Vale do Guaporé e do panorama atual destas. Ao todo, são seis unidades de conservação, quatro terras indígenas e cinco comunidades quilombolas presentes na região em questão.

4.1 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO VALE DO GUAPORÉ

As áreas protegidas têm desempenhado importante papel na contenção do desmatamento no Estado de Rondônia, pois conservam a biodiversidade e favorecem a manutenção das florestas (Relatório do plano de manejo do PARNA Pacaás Novos, 2009). Em Rondônia, as áreas destinadas a unidades de conservação somam 9.900.00 de hectares entre unidades de conservação, preservação e áreas extrativistas. (ZSEE, 2010).

Tabela 7: Unidades de Conservação no Vale do Guaporé

TIPO	NOME	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
PARNA	Pacaás novos	São Miguel do Guaporé	272.001
REBIO	Guaporé	São Francisco do Guaporé	519.580
RESEX	Cautário	Costa Marques	74.807
RESEX	Curralinho	Costa Marques	1.763
RESEX	Pedras negras	São Francisco do Guaporé	95.483
PES	Serra dos reis	São Francisco do Guaporé	3.253
		Costa Marques	33.598
Total no Vale do Guaporé			1.000.485

Fonte: Zoneamento Socioecológico de Rondônia, 2010.

No Vale do Guaporé existem seis Unidades de Conservação. Destas, três são Reservas Extrativistas (RESEX), uma Reserva biológica (REBIO) e dois parques ─ um Nacional (PARNA) e um Estadual (PES). Os dados estão presentes na tabela 7 na qual podemos observar a distribuição de tais áreas. O Vale do Guaporé possui aproximadamente 10% do total das áreas protegidas do estado.

4.1.1 A REBIO Guaporé

Na REBIO Guaporé, localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, os principais conflitos acontecem em virtude da exploração madeireira e agropecuária. Quanto a sua composição natural, é possível explanar que:

> É uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Apresenta também áreas que, devido ao regime hídrico dos rios da região, principalmente do Guaporé, assemelham-se fisionomicamente com o pantanal mato-grossense, apresentando espécies características desses três ecossistemas, o que garante à REBIO características de flora e fauna de grande biodiversidade e relevância para a conservação da natureza. (PLANAO REBIO GUAPORÉ, 2006)

As imagens da figura 19 apresentam a Reserva Biológica do Guaporé no distrito de Porto Murtinho, em São Francisco do Guaporé. De acordo com o relatório do IBAMA (2007), essa reserva é invadida constantemente pela pecuária bovina, principalmente quando o nível do rio São Miguel baixa. Porto Murtinho (Distrito de São Francisco) é o principal ponto de acesso de invasores para o interior da unidade.

Figura 19: Fotos da REBIO do Guaporé no Porto Murtinho

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.
Fotos: D.T.M, 2016

4.1.2 O Pacaás Novos

O Pacaás Novos foi criado em 1979, para deter a ocupação acelerada da nova fronteira agrícola que avançava na direção de Rondônia. Abrange sete municípios: Guajará Mirim, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, São Miguel do Guaporé, Governador Jorge Teixeira, Alvorada d'Oeste e Mirante da Serra. Da área total do parque, 38% fica no município de São Miguel do Guaporé. (Relatório do plano de manejo do PARNA Pacaás Novos, 2009).

No município de São Miguel, uma das áreas críticas no parque é a Serra da Onça, devido a grande concentração de propriedades agrícolas ao longo da BR-429. O local já foi alvo de grileiros que desmataram pequenas faixas do

parque. Outro fator preocupante é a expansão da malha viária, uma vez que a sede do município fica a seis quilômetros do limite do parque.

Figura 20: Serra da Onça em São Miguel do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo, 2018.
Fotos: D.T.M, 2018

A figura 20 mostra imagens da Serra da Onça que fica a cerca de 30 km da cidade de São Miguel do Guaporé. A Serra fica dentro do parque Pacaás Novos e é considerada uma área de grandes conflitos, visto que a atividade pecuária é desenvolvida em seu entorno.

4.1.3 RESEX Cautário

A Resex do Rio Cautário está localizada no sudoeste do Estado de Rondônia, nos municípios de Guajará Mirim e Costa Marques, e faz fronteira com a Bolívia. No que se refere às atividades econômicas desenvolvidas na reserva, destacam-se a extração de castanha-do-pará, do látex, copaíba e o manejo florestal. (DIAS, 2014. p. 99)

A produção de farinha também é destaque na reserva. De acordo com o plano de manejo de 2016, havia dois agricultores familiares com PRONAF, ambos com financiamento para produção de farinha; pela localização distante (aproximadamente 50 km da cidade de Costa Marques), eles não receberam assistência técnica. As Atividades conflitantes se dão na caça e pesca ilegal; pressão de invasão por garimpeiros; ameaças de grilagem e roubo de madeira (Plano de manejo da RESEX Cautário, 2016 p. 19).

4.1.4 RESEX Curralinho

A RESEX Curralinho é localizada em Costa Marques e abrange uma área de 1.763 hectares. O festival de praia de Costa Marques acontece na RESEX, e há uma fiscalização no período em que ocorre tal festejo ─ geralmente no mês de setembro. A reserva foi criada pelo Decreto Ambiental n° 6.952, de 14 de julho de 1995, no município de Costa Marques e não possui plano de manejo. (Informações obtidas no Instituto Socioambiental-ISA e Unidades de Conservação do Brasil *on line*, 2018).

4.1.5 RESEX Pedras Negras

A unidade extrativista Pedras Negras foi criada pelo Decreto Ambiental n° 6.954, de 14 de julho de 1995, e localiza-se no município de São Francisco do Guaporé. As atividades econômicas da reserva pautam-se na agricultura e extração de Castanha-do-Pará. Uma das problemáticas que a reserva vivencia se dá nos focos de calor registrados nos últimos anos, sobretudo, em 2017. (Informações obtidas no Instituto Socioambiental-ISA e Unidades de Conservação do Brasil on line, 2018).

4.1.6 PES Serra dos Reis

Criado em 1995, o parque Serra dos Reis, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Costa Marques, possui florestas onde predominam as palmeiras, como açaí, murumuru, babaçu e paxiúba. Em sua área, existem campos de várzeas que periodicamente estão inundados, e também campos de terra firme. No parque, não há estrutura para visitação.

Em junho de 2018, o exército juntamente com a polícia militar realizou uma operação para fiscalizar o parque que estava sendo alvo de crimes ambientais. Nesta mesma operação, cinco madeireiros em atividade ilegal foram detidos pelos militares, houve também a apreensão de um trator, um caminhão com treze toras de Itaúba, duas motocicletas e três motosserras. (notícia publicada no site RondôniaVip em: 16 de junho de 2018)

Figura 21: Prática ilegal de exploração madeireira no Parque Serra dos Reis

Fonte: https://www.jornalrondoniavip.com.br

A figura 21 apresenta fotos da operação do exército e da polícia militar realizada no PES Serra dos Reis, em junho de 2018. A exploração madeireira dentro do parque tornou-se uma preocupação nos últimos anos, visto que as florestas acabam atraindo os madeireiros, o que causa grande ameaça ao parque.

4.2 TERRAS INDÍGENAS E DISPUTAS TERRITORIAIS

O conceito de Terra Indígena (TI) empregado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) nos diz que esta é uma porção do território nacional habitada por um ou mais povos indígenas para suas atividades produtivas, garantindo, assim, sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

No Vale do Guaporé existem quatro terras indígenas e apenas uma não está oficialmente regularizada. Essas terras sofrem constantes ameaças pelo avanço da agropecuária na região, como é o caso da aldeia Aperoi, do povo Puruborá, que teve que comprar seu território (OLIVEIRA; ZIBETTI, 2016).

Tabela 8: Terras Indígenas no Vale do Guaporé

TIPO	NOME	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
TI	Rio Branco	São Francisco do Guaporé São Miguel do Guaporé Alta Floresta d' Oeste	236.137
TI	Massaco	São Francisco do Guaporé Alta Floresta d' Oeste	421.579
TI	Puruborá	Seringueiras	59*
TI	Uru-Eu-Wau-Wau	Seringueiras São Miguel do Guaporé Costa Marques	1.867.117

*TI particular.
Fonte: FUNAI, 2017. http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacaoa

A tabela 8 expõe as TI do Vale do Guaporé e o tamanho das suas respectivas áreas. A TI Massaco possui índios isolados e, de acordo com informações no site da FUNAI, as invasões de madeireiros são constantes.

4.2.1 TI Rio Branco

A Terra Indígena Rio Branco tem quase 400 habitantes que são constantemente ameaçados por seus vizinhos não-indígenas e pelos políticos estaduais de diversas maneiras. Segundo informações extraídas do site Sociomabiental.org, o desmatamento nos arredores da TI é contínuo, o que acaba prejudicando a caça e aumentando, assim, a dependência da pesca. Outro fator de impacto na TI Rio Branco é a atividade madeireira ilegal em sua área, promovendo sérios danos ecológicos (Site da FUNAI, 2018).

4.2.2 TI Massaco

A Terra Indígena Massaco é localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, onde vivem grupos isolados, cuja língua e identidade étnica ainda são desconhecidas (Site da FUNAI, 2018).

4.2.3 TI Puruborá

A propriedade rural particular denominada pelos Puruborá de Aldeia Aperoi está localizada às margens da BR-429, no município de Seringueiras, e foi comprada depois da expulsão do grupo das nascentes do rio Manuel Correia com a demarcação dos limites da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em 1994.

> Existem alguns obstáculos para que o povo Puruborá consiga ter sua terra tradicional de volta, entre elas a ambição desmedida de certos agropecuaristas, já que Rondônia teve vários ciclos econômicos que fizeram parte do desenvolvimento regional, como o extrativismo mineral e vegetal, turismo e agricultura, mas o que predomina na atualidade é a agropecuária. Os agropecuaristas da região onde se situa a área reivindicada pelo povo Puruborá cobiçam as terras indígenas, principalmente com a sua valorização devido ao asfaltamento da BR 429. (OLIVEIRA; ZIBETTI, 2016).

Os Puruborá ainda não têm sua terra indígena reconhecida, demarcada e homologada; o único território é o antigo sítio da matriarca do povo puruborá, dona Emília (falecida em 2013), onde hoje está a aldeia Aperoi. (http://povopuruboraseringueiras.blogspot.com)

Figura 22: Residência na aldeia Aperoi em Seringueiras

Foto: Tarsila Menezes, 2014.
Extraída do site: https://pib.socioambiental.org

A figura 22 mostra uma residência do povo Puruborá. A área total da propriedade é de 59 hectares e abriga cerca de 40 pessoas, a maioria com certo grau de parentesco com dona Emília. Existem vários indivíduos puruborás casados com não índios, alguns moram na zona urbana de Seringueiras, São Francisco e demais municípios de Rondônia, e anualmente se reúnem na aldeia.

4.2.4 TI Uru-Eu-Wau-Wau

O povo indígena Jupaú, mais conhecido como Uru-Eu-Wau-Wau, foi oficialmente contatado há quarenta anos. Na atualidade, o povo é formado por cerca de 400 pessoas, a maioria jovens, pois grande parte da população mais velha não sobreviveu ao contato. Sua terra abrange os municípios de Alvorada do Oeste, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé e Seringueiras.

A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau abrange parte da Serra dos Pacaás Novos e sua demarcação não garantiu a proteção efetiva contra os madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, sem terras e agricultores que frequentemente invadem a TI (CARDOSO, 2002).

4.3 PRESSÕES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

No Vale do Guaporé são reconhecidas cinco comunidades quilombolas, das quais duas pertencem aos municípios de Costa Marques; duas ao município de São Francisco do Guaporé; e uma ao município de São Miguel do Guaporé. Existe muita dificuldade em relação à informação sobre tais comunidades. A tabela 9 mostra as informações referentes às comunidades Quilombolas da região estudada.

Tabela 9: Comunidades Quilombolas no Vale do Guaporé

NOME	MUNICÍPIO	TOTAL DE FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	21	41.600
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	74	20.108*
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé	26	43.911*
Santa Fé	Costa Marques	41	1.452
Comunidade de Jesus	São Miguel do Guaporé	12	5.627
Total		174	112.698

* Comunidade não possui título definitivo pelo INCRA
Fonte: Relatório de processo de território Quilombola/INCRA. 2017.

Algumas comunidades sofrem pressões constantes e as famílias acabam desistindo de seu território, como é o caso da comunidade Forte Príncipe da Beira em Costa Marques, uma realidade bem visível nas comunidades quilombolas do Vale do Guaporé, onde muitos desistem e se mudam para outros lugares.

4.3.1 Santo Antônio do Guaporé

Santo Antônio do Guaporé é uma comunidade quilombola situada na área de confluência dos rios São Miguel e Guaporé, no Sudoeste de Rondônia, à margem direita do rio Guaporé, porção sudoeste do município de São Francisco, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. O povoado localiza-se em áreas da Reserva Biológica do Guaporé (REBIO Guaporé) e é constituído por pouco mais de sessenta pessoas. Santo Antônio já figurou como um dos principais centros extrativistas do Vale do Guaporé, apoiando sua economia na borracha extraída da seringueira. (TEIXEIRA e XAVIER, 2018).

Ao ressaltar as situações conflitantes vivenciadas pela comunidade, Teixeira e Xavier (2018) apontam que dois momentos são considerados importantes para o entendimento desses conflitos:

> A partir dos anos 1970, a abertura das frentes pioneiras de colonização agropastoril determinaram profundas transformações nos quadros de povoamento e demografia de todo o Vale do Guaporé. Essa situação viveu dois momentos distintos de intensificação da crise. O primeiro corresponde ao período da abertura e colonização do eixo da rodovia BR 429, nos anos 1980. Já o segundo corresponde ao período de sua pavimentação, a partir dos anos

> 2010. Em ambos os casos a situação de tensões e inseguranças da comunidade foi ampliada devido às fortes pressões sofridas por fazendeiros, colonos e grupos madeireiros. (TEIXEIRA e XAVIER, 2018, p. 356).

Os dois momentos ressaltados pelos autores correspondem efetivamente às mudanças que ocorrem na região, acarretando grandes impactos na paisagem natural, e gerando incertezas para a população quilombola.

4.3.2 Forte Príncipe da Beira

A comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira está localizada no município de Costa Marques, possui uma área de 20.108 hectares que ainda não foram regularizados pelo INCRA. A comunidade forma parte dos territórios chamados de Negros do Guaporé, constituídos a partir de distintos processos de territorialização, desde o século XVIII, na linha de fronteira entre Brasil e Bolívia (FARIAS JÚNIOR, 2013).

Nas últimas décadas, tem-se registrado o aumento das pressões e atos de violência contra a Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira. Tais pressões e atos de violência têm sido empregados pelo Exército brasileiro. De acordo com informações da CPT (Comissão Pastoral da Terra), os membros sofrem constantes ameaças de expulsão e estão restringidos às atividades agrícolas em áreas tradicionais da comunidade, inclusive estão sendo penalizados por desobediência à justiça militar por supostos crimes ambientais. Houve também ameaças de prisão dos tratores da Prefeitura e Emater, se fossem ao local preparar roças para os membros da comunidade. (Informações obtidas no blog: cptrondonia.blogspot.com publicadas em 2 de junho de 2017).

4.3.3 Comunidade Quilombola de Jesus

A Comunidade Quilombola de Jesus foi a primeira a receber o título definitivo de reconhecimento pelo INCRA (2010) em Rondônia; distante 92 km da cidade de São Miguel do Guaporé, somente 10% da área da comunidade é de terra firme, o restante são florestas de várzea e ficam alagadas durante o

período de cheia. A principal fonte de renda das famílias é a produção da farinha, e muitos acabam trabalhando nas fazendas vizinhas ─ os homens como peões ou diaristas e as mulheres como empregadas domésticas, também nas fazendas (SILVA, 2014).

Segundo a professora Avacir Gomes dos Santos Silva, que realizou uma pesquisa de campo nessa localidade, os principais conflitos vivenciados pela comunidade de Jesus se dão na caça e pesca ilegal, principalmente por parte dos fazendeiros vizinhos da comunidade. Em seu relato ela ressalta que:

> [...] durante a realização dos trabalhos de campo, do meio do rio São Miguel do Guaporé, por distração ou por demarcação territorial, os fazendeiros caçavam. Os faróis dos barcos rasgavam a escuridão e o barulho ensurdecedor dos tiros das espingardas quebrava o silêncio da noite. Ao longe mais um animal fora abatido. (SILVA, 2014, p. 151)

A caça e a pesca ilegal constituem sérios problemas ambientais nas áreas protegidas do Vale do Guaporé, são locais que acabam atraindo quem gosta de praticar tais ações; no caso da comunidade de Jesus, essas ações são praticadas pelos fazendeiros.

4.3.4 Santa Fé

Reconhecida pelo INCRA (2016), Santa Fé é uma comunidade quilombola localizada no município de Costa Marques. Todas as famílias possuem origem ligada aos afrodescendentes de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) que colonizaram as regiões ao longo do rio Guaporé e seus afluentes desde 1888, tendo sofrido muitas pressões, especialmente de extrativistas e fazendeiros, para abandonar o local.

Atualmente, a comunidade vive da agricultura e da pecuária de subsistência, apesar da área inundável. Há também fontes de trabalho assalariado, como agentes de saúde e venda de serviço a produtores rurais vizinhos e construção civil. Entre as atividades agrícolas, destacam-se a plantação e o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha, combinados com a criação de animais, extrativismo, pesca, caça e coleta de palhas e de madeira para as construções de suas casas. (Informações obtidas no site do INCRA, 2018).

Figura 23: Noticia sobre o reconhecimento da comunidade Santa Fé

TERRITÓRIO

Governo reconhece terra quilombola em Rondônia

Ao todo, 41 famílias foram beneficiadas e vivem em uma área de 1.4 hectares

publicado: 09/01/2017 16h24, última modificação: 23/12/2017 10h53

OUVIR A+ A A-

Todas as famílias da comunidade possuem origens ligadas aos negros de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) - Foto: Arquivo/Agência Brasil

O Incra reconheceu o território da comunidade quilombola Santa Fé, em Rondônia, na cidade de Costa Marques, que faz fronteira com a Bolívia. Ao todo, 41 famílias foram beneficiadas com a medida que regularizou a área de 1.452 hectares.

Fonte: www.brasil.gov.br

A figura 23 é uma notícia sobre o reconhecimento da comunidade Santa Fé publicada em 2017 no Vale do Guaporé, um passo importante para a identidade da comunidade quilombola.

4.3.5 Pedras Negras

O Território Quilombola Pedras Negras está localizado no município de São Francisco do Guaporé, à margem direita do rio homônimo. Situa-se na Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras (ISA, 2016). Não possui regularização fundiária pelo INCRA, e há um total de vinte e seis famílias.

Segundo Teixeira (2013), o povoado de Pedras Negras, é um dos mais antigos núcleos de ocupação colonial do Vale do Guaporé, tendo registros da presença de europeus desde a primeira metade do século XVIII. A comunidade

enfrenta diferentes conflitos de uso territorial, como o turismo e a pesca predatórios e as invasões em áreas de coleta de castanha, que ocorrem frequentemente em todas as safras.

A coleta de castanha é a principal geradora de renda, e a pesca é a atividade essencial para a segurança alimentar. As atividades escolhidas pela comunidade como prioritárias para o fortalecimento são: a coleta de castanha, a produção de urucum, o turismo e o beneficiamento de manga e toranja. (PACHECO, 2016, p. 39)

4.5 A PRODUÇÃO DE SOJA

A soja em Rondônia é um produto agrícola que se expande desde meados da década de 1990 e sua concentração produtiva se dá principalmente na região do Cone Sul. Segundo Costa Silva (2012 pg. 5), “a partir de 1997 a produção de soja emerge como a primeira *commodity* que vai de fato impor uma dinâmica territorial que unem o global ao local, reconfigurando o espaço regional”. Para o autor, a inserção da soja é um avanço do agronegócio que resultou no processo de modernização agrícola com forte ação do capital.

Na atualidade, a soja é uma cultura desenvolvida em outras regiões do estado e a partir do ano de 2012, iniciou-se o plantio em São Miguel do Guaporé. Segundo informações da SEAGRI, a soja no Vale do Guaporé é mais uma alternativa para o setor produtivo da região que já se destaca pela alta produtividade de inhame, urucum, do café clonal e pela pecuária.

A tabela 10 mostra a quantidade de soja produzida (T) no Vale do Guaporé no período de 2012 (a primeira safra) a 2017. Como podemos observar, São Miguel do Guaporé é o município que mais produz o grão na região, e possui um armazém graneleiro, construído pela Central Agrícola de Vilhena, com capacidade para estocar e secar 30 mil sacas de grãos.

No ano de 2017, a produção do grão no Vale do Guaporé representou 5% do total produzido no estado, aos poucos, a soja começou a fazer parte da paisagem da região.

Tabela 10: Quantidade de Soja produzida (T) no Vale do Guaporé

MUNICÍPIO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
São Miguel do Guaporé	876	6.900	9.000	24.000	16.500	27.000
Seringueiras	615	3.600	3.600	9.000	9.000	9.000
São Francisco do Guaporé	-	-	-	-	3.000	2.100
Total da Região	1.491	10.500	12.600	33.000	28.500	38.100
Total do estado	470.485	574.900	614.678	748.429	759.928	908.702

Fonte: IBGE, 2018
Elaboração: MACHADO, D. T. 2017.

A soja vem se tornado uma opção rentável no Vale do Guaporé. Os incentivos se dão principalmente por meio do capital privado, e pouco se discute sobre os impactos ecológicos promovidos pela produção do grão. No município de São Miguel, por exemplo, muitas áreas que antes eram pastagens, agora são destinadas a plantação da soja.

4.6 PECUARIZAÇÃO NO VALE DO GUAPORÉ

O crescente aumento da pecuária bovina nos estados da Região Norte tem sido fonte de diversas pesquisas. Este avanço se observou durante a década de 1990, e se intensificou nos anos 2000, fazendo essa região ser conhecida como a nova fronteira agrícola. Segundo Batista, Muratori e Penha (2016), o eixo da BR-429 passou por uma estagnação econômica no estado até o início do *boom* das atividades pecuárias, que estão relacionadas ao investimento infraestrutural que a região vem recebendo, tais como sua pavimentação e a implantação de laticínios e frigoríficos de porte internacional. É possível perceber a evolução do rebanho bovino no estado de Rondônia, no período que compreende os anos de 2000 a 2016, conforme o que se mostra tabela 11.

Tabela 11: Efetivo rebanho bovino do vale do Guaporé

MUNICÍPIOS	2000	2010	2016
Costa Marques	9.861	158.812	221.944
São Miguel do Guaporé	91.243	279618	256829
São Francisco do Guaporé	31.234	418.428	444.565
Seringueiras	57.291	180.213	217.499
Total no Vale do Guaporé	189.629	1.037.071	1.140.837
Total Rondônia	5.664.320	11.842.073	13.682.200

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal/2016
Elaboração: MACHADO, D. T. 2017.

No vale do Guaporé, a pecuária bovina ganha destaque, principalmente, em São Francisco; com um rebanho de corte estimado em 346.480 cabeças, o município possui nessa atividade um pilar para sua economia. O incentivo à pecuária bovina de corte se dá por diversos fatores, entre os quais a pavimentação da rodovia BR-429 e a instalação de um frigorífico no município de São Miguel do Guaporé, dinamizando a economia da região, como apontam as autoras ao afirmarem que:

> A economia da área é orientada pelos eixos rodoviários, impulsionada pela produção pecuária que se articula em função dos laticínios, curtumes e frigoríficos locais, que funcionam como pontos de convergência. Essas atividades empresariais funcionam como agentes modernizadores, tendo em vista seu potencial tecnológico e competitivo, seja no mercado nacional ou internacional, estimulando políticas de melhoria infraestrutural. (BATISTA, MURATORI e PENHA, 2016).

A pecuária bovina é uma atividade promissora no município de São Francisco do Guaporé, sendo notória no espaço, inclusive há símbolos dessa pecuarização, como apresentado na figura 24, no inicio da zona urbana, mostrando o significado que essa atividade possui na economia local. Além de festividades, como a festa do Laço e a Exposição Agropecuária de São Francisco do Guaporé (EXPOVALE), eventos voltados pra agropecuária do município e que se tornaram símbolos da festividade do lugar.

Figura 24: Esculturas bovinas na cidade de São Francisco do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2017.

As esculturas colocadas no início do perímetro urbano de São Francisco ressaltam a importância que a atividade possui. Considerada um destaque no vale do Guaporé, a pecuária bovina de corte é, em parte, responsável pela dinâmica econômica do local. Partindo desse pressuposto, o frigorífico do grupo JBS, implantado em 2012, em São Miguel do Guaporé, é um atrativo para os pecuaristas da região.

A figura 25 exibe imagens do rebanho bovino de corte em uma propriedade familiar de São Francisco do Guaporé, onde o produtor aderiu ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) na atividade pecuária. De acordo com informações da Emater local, a atividade foi responsável pelo maior número de projetos aprovados pelo PRONAF e tem atraído muitos produtores após a implantação do frigorífico de grande porte em São Miguel do Guaporé.

Figura 25: Pecuária bovina de corte em São Francisco do Guaporé

Fonte: Trabalho de Campo
Foto: MACHADO, D. T. 2017.

Ao analisar a pecuária de leite de Rondônia, Santana (2003) reflete sobre os atrasos que essa atividade possui. Por pertencer a uma região de fronteira agrícola, o atraso ocorre em termos da pequena participação de atividades especializadas em gado de leite, passando pelo tipo de ordenha, qualidade do produto, escala de produção, grau de organização dos produtores e integração vertical da produção.

Em Rondônia, a produção de leite cada vez mais se constitui em uma importante atividade econômica, que por sua vez permite uma renda financeira regular aos produtores e contribui para sua permanência no campo. Nos

municípios de pequeno e médio porte, essa atividade é de grande importância na dinamização econômica (Emater-RO).

Tabela 12: Produção leiteira no Vale do Guaporé (Milhões/Litros)

MUNICIPIOS	1990	2000	2010	2016
Costa Marques	2.388	462	2.040	7.317
São Miguel do Guaporé	380	6.753	23.262	17.246
São Francisco do Guaporé	-	663	4.268	24.758
Seringueiras	-	3.865	11.678	11.623
Total da Região	2.768	11.743	41.248	60.944
Total Rondônia	158.473	422.246	802.969	790.946

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal/2016
Elaboração: MACHADO, D. T. 2017.

A tabela 12 quantifica a produção leiteira no Vale do Guaporé. Na atualidade (2016), a região é responsável por 7,7% da produção estadual de leite e possui três laticínios para receber a produção, em São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. Essa atividade é considerada importante para a agricultura familiar, além de gerar empregos de forma direta e indireta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira agrícola apresentada neste trabalho se expandiu na última década em consequência de investimentos e da atuação do Estado. Com uma extensa área na qual a agropecuária ganha cada vez mais espaço; o Vale do Guaporé tornou-se destino de muitos migrantes do próprio estado atraídos pelas oportunidades da região. A pesquisa aqui apresentada buscou identificar as ações que o Estado promoveu para o fortalecimento da produção familiar na região do Vale do Guaporé, a partir de alguns programas e demais incentivos que visam o desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo, por meio das políticas públicas empregadas para tal finalidade.

As atividades agropecuárias desenvolvidas no Vale do Guaporé possuem uma expressividade, e a expansão de algumas culturas como o urucum e o inhame ocorreu por certo com a pavimentação da BR-429 e o investimento da agricultura familiar na região. O trabalho procurou elencar pontos relevantes para o entendimento do Vale do Guaporé como a nova Fronteira Agrícola de Rondônia, ressaltando alguns elementos da produção familiar.

Nota-se, nos últimos anos, um crescente investimento na região, tanto por parte do poder público ─ com ações que visam incrementar a produção no caso da cultura cafeeira, do inhame e do urucum ─, como por parte do poder privado no caso da instalação de um frigorífico de grande porte em São Miguel do Guaporé. Diante do exposto, percebe-se que a produção familiar se expande em decorrência de uma modernização nos últimos anos. Tal fato tem atraído migrantes em busca de oportunidades.

Os programas de incentivo à produção familiar são de grande importância no contexto produtivo, seja nas esferas federais, estaduais ou municipais. O PRONAF, por exemplo, tem sido um incentivo a diversos produtores que buscam crédito rural para suas atividades. No Vale do Guaporé, foi possível perceber o quanto o recurso deste programa vem sendo aplicado nas atividades, mormente, a cafeeira e pecuária bovina.

O programa Mais Produção do governo estadual é destinado à correção do solo por meio da entrega de Calcário em pequenas propriedades. Em São Miguel do Guaporé, muitos produtores aderiram ao programa e receberam este

implemento. Ao todo, no Vale do Guaporé foram mais de 150 produtores atendidos pelo programa em 2017, de acordo com a Emater local. Os programas municipais coordenados pela SEMAGRI também contribuem para a agricultura familiar, ao todo são cinco programas destinados aos pequenos produtores do Vale do Guaporé. Em relatos, os secretários de agricultura dos municípios mencionados nesta pesquisa, afirmaram que muitos programas são elaborados mediante a necessidade dos produtores e que, por ser na esfera local, a demanda acaba sendo maior.

O Estado, através do planejamento organiza as ações e os programas voltados ao fortalecimento da produção familiar. No interior de Rondônia, a região do Vale do Guaporé, desde sua ocupação, recebeu agricultores familiares de diversas regiões do Brasil. Na atualidade, a região é classificada como território de identidade rural, que, de acordo com critérios do MDA, tornam-na passível de investimentos na produção agropecuária. Em sua delimitação, a região possui no rio Guaporé seu principal elemento natural, cujas atividades turísticas e de pesca esportivas são reconhecidas em todo estado.

O município da região em questão que mais possui programas para a Agricultura familiar é Seringueiras, ao todo são três destinados a esse tipo de produção. A população do município, em sua maioria, reside na zona rural, aproximadamente 62,2% do total de habitantes, o que torna mais expressivo no tocante a população rural do Vale do Guaporé. Seringueiras destaca-se ainda na produção de inhame e maracujá e possui uma cooperativa de produtores rurais que adquirem e comercializam tais produtos.

Os conflitos existentes nas áreas protegidas da região foram ressaltados no intuito de refletir sobre o avanço das atividades agropecuárias em tais espaços, os quais vêm sofrendo constantes ameaças, sobretudo, na exploração de madeira em parques, reservas e terras indígenas. A expansão da soja e da pecuária bovina no Vale do Guaporé é incentivada pelo Estado e pelo capital privado. Essas atividades crescem na região atraindo produtores que investem na produção agropecuária.

Acreditamos que a agricultura familiar se expande em decorrência de seu papel na sociedade, e que o Estado, enquanto organizador do espaço geográfico, possui grande relevância para essa expansão. No Vale do

Guaporé, foi possível perceber o quanto a agricultura familiar se consolida e ganha força, seja no aspecto social; presença de cooperativas, seja no econômico; como créditos rurais, financiamentos e programas que auxiliam na produção.

Na visão acadêmica, este trabalho teve por principio estudar uma região de Rondônia pouco reconhecida no contexto da ciência geográfica, principalmente na atualidade, após a pavimentação de sua principal rodovia de acesso, onde é possível notar, ainda que de forma simplória, uma modernização no local, impulsionada pelo Estado e pelo capital privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéias Rente. Importância das Teorias Agrárias para a Geografia Rural. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16. Ceará 2009. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/223 Acesso: 9/5/2013.

AMARAL, Januário de Oliveira. **Mata virgem**: Terra prostituta. São Paulo: Terceira Margem. 2004.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento / tradução: Estela dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro : Contraponto,1996.316 p.

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira:** ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre -RS, 2015.

BATISTA, Josélia Fontenele; MURATORI, Ana Maria; PENHA, Maranei Rohers. Novo Cenário no Vale do Guaporé: uma leitura geográfica sobre os impulsos econômicos da pecuária e sua influência na paisagem. In: Revista **Confins**. Número 29, 2016. Disponível em: http://confins.revues.org/11608. Acesso: 12/7/2017.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 53, 2005, p. 71 – 86. Disponível em: http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Bertha%20Becker_2005.pdf Acesso: 8/6/2015.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém/PA. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf Acesso: 22/6/2015.

CARDOSO, I.B. Parque Nacional de Pacaás Novos/Terra Indígena Uru-Eu-WauWau proposta para o estabelecimento de uma política integrada de atuação. **Revista de educação, cultura e meio ambiente** n°25, vol. VI, 2002. Editor, UNIR. Porto Velho/RO, 2002.

COLFERAI, Sandro Adalberto. Imigração e identidade cultural: a representação de uma identidade preferencial no interior de Rondônia. Revista **Labirinto** – Ano X, nº 13 – agosto de 2010. Disponível: http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/921/906 Acesso: 16/5/2015

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: Um conceito complexo. In: CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização Espacial**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 22-50

COY, Martin. **Desenvolvimento regional na periferia Amazônica:** organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “Fronteira”. O caso de Rondônia. 1989.

COSTA SILVA, R. G.. **Dinâmicas territoriais em Rondônia:** conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das. G. S.; SILVA, R. G. **Colonização, Território e Meio ambiente em Rondônia:** Reflexões Geográficas. Curitiba: SK editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 58-82.

_____. Globalização e Fragmentação do espaço agrário em Rondônia. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE,** Salvador, ano 16, n. 30, dez. de 2014a, p. 163 – 174.

_____. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP**: espaço e tempo, v. 18, p. 298-312, 2014b.

_____. Amazônia Globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. In: **Cofins**, n. 23, 2015. Disponível em: <http://confins.revues.org/9949?lang=pt#tocto1n1> Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: FERREIRA, G. H. C. **Geografia Agrária no Brasil:** Disputas, conflitos e alternativas territoriais. Jundiaí: Paco editorial, 2016.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2010.

CUNHA, Elton Alves da. A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia. **Anais** XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397453_ARQUIVO_ARECENTEOCUPACAO-editado.pdf Acesso: 23/02/2016.

DIAS, Rosalina dos Santos. **Reserva extrativista estadual do rio Cautário RO**: o manejo florestal como uso sustentável no território. Dissertação (Mestrado em Geografia) Porto Velho, Rondônia, 2014. 136 f.

DIAGNÓSTICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ. Fundação universidade federal de Rondônia - Centro de estudo e pesquisa em saúde coletiva, 2008. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Sao-Francisco-do-Guapore-RO.pdf Acesso: 14/8/2011.

DINIZ, Célia Regina. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. Revista: **Ciência e Cultura** vol.65 n.1 São Paulo, 2013. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100015 Acesso: 22/9/2018.

FAULIN, Evandro Jacóia; AZEVEDO, Paulo Furquim de. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. **Informações Econômicas**, SP, v.33, n.11, nov. 2003. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec3-1103.pdf Acesso: 17/7/2017.

FERNANDES, Suellen Walace Rodrigues. **Contribuições da Ciência Geográfica as Políticas Públicas.** (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília, 2015. Disponível em:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19198/1/2015_SuellenWalaceRodriguesFernandes.pdf Acesso: 22/9/2016.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. **Geografia Agrária no Brasil**: conceituação e periodização. Terra Livre São Paulo n. 16 p. 39-70 1º semestre/2001 Disponível em: www.tiberiogeo.com.br/texto/TextoUvaGeografiaAgraria.pdf Acesso em: 20/8/2012

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Mundo rural e geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930 - 1990. Cap.1. **Geografia Agrária no Brasil:** conceitos e tempos**.** São Paulo: editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. A colonização em Rondônia: lutas e perspectivas da agricultura camponesa. In: **Linguagem Acadêmica**- v. 1. Batatais/SP 2011. Disponível em: http://claretianobt.com.br/download?caminho=upload/cms/revista/sumarios/30.pdf&arquivo=sumario8.pdf. Acesso: 13/03/2016

GONÇALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. In: **Estudos Avançados** – V.15 nº43. USP/SP, 2001. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9830/11402 Acesso: 16/5/2015

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: **Geografia**: Conceitos e temas. 2ª Edição Bertand. Rio de Janeiro/RJ, 2000.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. (Tese de doutorado). UFRJ- 2012. Disponível em: http://www.mstemdados.org/sites/default/files/2012%20Tese-Catia-Grisa.pdf Acesso: 25/8/2016.

GUERRA, Antônio Teixeira. Observações Geográficas sobre o Território do Guaporé. In: **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE, 1953.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. 1ª Edição: Bertrand Brasil. Rio de Janeiro/RJ. 2010.

HARVEY. David. **A produção capitalista do espaço**. 1ª edição - Annablume. São Paulo, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. **In: Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. organização de Álvaro Luiz Heidrich e Cláudia Luísa Zeferino Pires. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. 334 p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O desenvolvimento do Campo no Brasil**. In: Geografia Agrária: Teoria e Poder. 1ª edição – Expressão Popular. São Paulo. 2007.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**, SIDRA, 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> . Acesso em: 01/5/2017.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal**, SIDRA, 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 01/5/2017.

_____. **Censo Agropecuário 2006,** 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 01/5/2017.

_____. **Censo Demográfico 1991**, SIDRA, 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 01/5/2017.

_____. **Censo Demográfico 2000**, SIDRA, 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 01/5/2017.

_____. **Censo Demográfico 2010**, SIDRA, 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 01/5/2017.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 85 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - Atlas. São Paulo, 2003.

Lei n. 1036/2013. **Programa A hora do produtor**. Disponível em: http://saofrancisco.ro.gov.br/LEIS/2013/1122-lei-nd1036-de-2013/file Acesso: 21/4/2017.

Lei n. 856/2013. **Programa Porteira Adentro.** Disponível em: http://camaradeseringueiras.ro.gov.br/Home/Arquivo?id=543590f0ca2b9414f0534dbe Acesso: 01/5/2017.

Lei n. 976/2015. **Programa Mais Café.** Disponível em: http://camaradeseringueiras.ro.gov.br/Home/Arquivo?id=55269d6958bac10f9007aa4c Acesso: 01/5/2017.

Lei n. 977/2016. **Programa Dose Certa**. Disponível em: http://camaradeseringueiras.ro.gov.br/Home/Arquivo?id=55269de858bac10f9007aa52 Acesso: 21/4/2017.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ.** Agência de defesa sanitária Agrosilvopastoril do estado de Rondônia – IDARON, 2008. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm

LUCAS JUNIOR, Roberto. Programa de apoio às prefeituras, o desenvolvimento do Vale do Guaporé/Rondônia através de intervenções de transporte. In: **Revista Chão Urbano**, Rio de Janeiro – RJ. 2011. Disponível em: http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivosartigos/artigo47.pdf Acesso: 12/5/2017.

MDA - **Caderno do perfil territorial do Vale do Guaporé/RO**. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_215_Vale%20Guapor%C3%83%C2%A9%20-%20RO.pdf Acesso: 24/11/2017.

MACHADO, Débora Teixeira. **Agricultura rondoniense**: análise da produção local de inhame no município de são Francisco do Guaporé. Porto Velho/RO, 2014. 81 f.

MACHADO, Lia Osorio. A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, 54 (2): 27- 55, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2ª edição., 3ª reimpressão- Contexto. São Paulo/SP, 2016.

MARTINS, Márcio Marinho. Colonização recente e a luta pela terra em Rondônia. **Revista Labirinto** - ISSN: 1519-6674/ Rondônia, 2012. Disponível em: http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/977/1001 Acesso: 18/5/2015.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira et al. **Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro**. In: Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. 1ª edição – Editora: Saraiva. São Paulo/SP, 2010.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. EDUFMA/ São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Anatália Daiane de; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. Puruborá: analisando a história, o “ressurgimento” e a resistência de um povo indígena da

Amazônia. Rev. **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 103-144, jan./jun. 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/61154

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia Agrária**: Perspectivas no inicio do século XXI. In: O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino**.** A mundialização da agricultura brasileira. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf Acesso:26/7/2015

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino**. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf Acesso: 6/9/2012.

OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de; BACCARIN, José Giacomo; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. A fragmentação da agricultura familiar: e o processo de construção de políticas públicas. **V Encontro da rede de estudos agrários**- Alfenas/MG, 2015. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/jonatannea131-140.pdf Acesso: 4/8/2015

OLIVEIRA, José Lopes de. História, Ocupação e Ordenamento da estrutura fundiária de Rondônia**.** In: **Rondônia**: Geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafiel, 2010. p.296 – 332.

PACHECO, Wesley Luis. **Povos e Comunidades Tradicionais nas Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade**: oportunidades para negócios sustentáveis na Região Centro-Sul de Rondônia. Editora: Ecam. Porto Velho, 2016. 1a edição

PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DA RESERVA BIOLÓGICA DO GUAPORÉ (2006-2007). Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Costa Marques/RO, 2006. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/prevfogo/planos_operativos/plano_operativo_reserva_biolgica_do__guapore.pdf Acesso: 22/9/2018.

PROJETO BRASIL DAS ÁGUAS – RIO GUAPORÉ/ RO/MT, Brasília, 2007. Disponível em: http://riosvoadores.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Guapore%C2%81_Relatorio.pdf Acesso:13 l/6 l/2015

RELATÓRIO DE GESTÃO E DE ATIVIDADES DE ATER 2016. Porto Velho/RO, 2017. Disponível em: http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/wp-content/uploads/2016/06/RELATORIO-DE-ATIV-2016.pdf **12/10/2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO E DE ATIVIDADES DE ATER 2017. Porto Velho/RO, 2018. Disponível em: http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/wp-content/uploads/2016/06/RELATORIO-DE-ATIVIDADES-2017-VERSAO-04-2018-CORRETO.pdf. Acesso: 13/6/2018

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE PACAÁS NOVOS. ICMBio. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_pacaas_novo.pdf Acesso: 18/8/2018.

ROSSI, Rafael. **A perspectiva territorial no debate das políticas públicas:** Contribuições a partir da problematização geográfica. GeoGraphos. [En línea]. Alicante, 2013.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Revista Sociedade e Território**, Natal/RN, v. 24, nº 1, 2012. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YALtCWIP5aUJ:https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/3466/2779+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso: 6/5/2016.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. Discrição da análise da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia. **Movendo Ideias**. Belém, V8, nº 14.p.24-36, nov 2003. Disponível em http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/225.pdf. Acesso: 13/8/2012

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Edufro. Porto Velho/RO. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. Editora: USP. São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2ª edição – Editora: USP. São Paulo/SP, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al (Orgs.) **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.13-21.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Tiago Roberto Silva. **Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/RO.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Velho, 2017. 200 f.

SARON, Flávio de Arruda Saron; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio a agricultura familiar. Rev**. Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23,v. 2, Rio de Janeiro- RJ, 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4823/5411 Acesso:7/11/2017

SICSÚ, Abraham B.; LIMA, João Policarpo. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. In: **Revista: Nova Economia.** V.10 n.1. Belo Horizonte- MG, 2000. Disponível em: http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2145 Acesso: 10/11/2017

SILVA, Avacir Gomes do Santos. **Culturas desviantes**: andanças amazônicas pelo Vale do Guaporé. Editora UFG-Goiânia, 2014.

SPOSITO, Eliseu Sáveiro. **Geografia e Filosofia**: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. O comércio e as rotas fluviais na Sociedade Guaporeana colonial. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**- set.-n° 13, vol. II, 1998.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; XAVIER, Delson Fernando Barcelos. Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental. Revista: **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 1, 2018, p. 351-371. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n1/2179-8966-rdp-9-1-351.pdf Acesso: 15/10/2018.

VALERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. In**:** Revista de Geografia Agrária: **Campo-Território**, Uberlândia-MG 2006. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/1s2016/VALVERDE_metodologia.pdf Acesso: 17/11/2015

WANDERLEY. Maria Nazareth Baudel**.** Em busca da modernidade social: Uma homenagem a Alexander Chayanov In: **Chayanov e o Campesinato**. 1. Ed. São PAULO: Expressão popular, 2014.